

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

Eduardo Correa Soares

**A Semântica dos Verbos Dativos em Inglês e em Português:
Propriedades e Questões**

Porto Alegre
2010

Eduardo Correa Soares

**A Semântica dos Verbos Dativos em Inglês e em Português:
Propriedades e Questões**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para a obtenção do grau
de Licenciado em Letras pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sabrina Pereira de Abreu

Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero

Porto Alegre, 2010

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tem pelo menos três anos de gestação. Por isso, tenho de agradecer a uma enormidade de pessoas que fizeram parte da minha vida durante esse período.

Primeiramente, agradeço a meu orientador Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi, pelas valiosas diretrizes, durante os dois anos em que trabalhamos juntos, pelos comentários e críticas, durante a produção dos artigos que fizemos juntos nesses dois anos, e finalmente pela valiosa orientação deste trabalho especificamente.

Em segundo lugar, agradeço ao primeiro orientador que tive na Iniciação Científica na UFRGS, Prof. Dr. Félix Valentín Bugueño Miranda, que me introduziu na pesquisa científica com bases sólidas e me ensinou a dar valor a todo o trabalho que precede o nosso, pois só enxerga mais alto quem sobe nos ombros de gigantes.

Agradeço, também, aos demais professores que teceram comentários sobre os meus trabalhos e que participaram da minha formação universitária e como pesquisador, cujos nomes todos excederiam o limite de páginas do trabalho.

Minha gratidão se estende também aos colegas da graduação e aos colegas de pesquisa com quem sempre compartilhei inquietações e resultados parciais. Nesse sentido, uma colega foi muito especial e se tornou ao longo dessa jornada mais do que uma colega: agradeço à minha namorada Daiana pela compreensão, pela ajuda e pelo apoio.

Por fim, gostaria de dizer que nada que se sustente se constrói sem bases sólidas: gostaria, assim, de agradecer especialmente à minha família cujo exemplo de paixão pelo conhecimento e pelos livros foi fundamental.

EPÍLOGO

À linguagem,
*"La razón de la sinrazón que a mi razón se hace,
de tal manera mi razón enflaquece
que con razón me quejo de la vuestra formosura."*

À linguística
*"Con estas razones perdía el pobre caballero el juicio,
y desvelábase por entenderlas y desentrañarles el sentido,
que no se lo sacara ni las entendiera el mesmo Aristóteles,
si resucitara para sólo ello."*

Don Quijote de la Mancha, Miguel de Cervantes

RESUMO

Em português, assim com em outras línguas românicas, certos complementos verbais – especialmente quando governados pelas preposições *para* ou *a* (ambas usualmente traduzidas por *to* ou *for*) – podem ser convertidas no que alguns gramáticos tradicionais chamam de "pronomes dativos", como em *A Maria lhe deu um livro*. Chamaremos essa construção de dativização em português. Nosso objetivo neste trabalho é estudar as propriedades semânticas dos verbos que entram nessa construção.

No primeiro capítulo, começaremos por uma revisão das observações apresentadas nas gramáticas tradicionais. Mostraremos que elas oferecem uma caracterização muito superficial e insuficiente do processo. Depois de uma breve demonstração de que a dativização em português compartilha algumas propriedades de uma bem conhecida construção do inglês, especificamente, a construção de duplo objeto (cf. Green 1974, Oerhle 1976, entre outros), voltamo-nos para a vasta literatura sobre ela. Comparamos as construções do português e do inglês, chegando a dois resultados preliminares: (a) ambos os processos compartilham uma propriedade fundamental, especificamente, os verbos afetados envolvem alguma relação de posse entre os dois "argumentos internos"; (b) as duas línguas diferem, no entanto, com respeito às restrições temporais sobre as construções – Inglês é sensível à informação temporal (codificada dentro do que a literatura chama de restrição do "posuidor prospectivo"), enquanto o português não é.

No segundo capítulo, nos submetemos estes resultados preliminares a uma revisão crítica, e descobrimos que ambos são problemáticos. Um desses problemas emerge da hipótese proposta por Koenig & Davis (2001); de acordo com esta hipótese, processos que afetam a realização sintática de argumentos de verbos são insensíveis à informação modal de natureza sublexical, o que inclui informação temporal concernente aos eventos que compõem os significados dos verbos. Como mostraremos, essa hipótese é incompatível com a ideia de que as construções de duplo objeto do inglês

estão sujeitas aos possuidores prospectivos. Ao mesmo tempo, a hipótese é completamente compatível com a dativização em português, que não é sensível a informação temporal. Além do mais, como nos mostraremos, Koenig & Davis (2001) apresentam um largo espectro de argumentos que dão suporte à ideia de que a informação modal é realmente transparente à realização argumental, incluindo fatos relacionados aos verbos dativos. Assim, nossa conclusão final, a respeito desse assunto, é que a hipótese de que a realização dos argumentos é insensível a informação modal sublexical é correta, e que deve haver alguma explicação independente para a explicação do comportamento excepcional da construção de duplo objeto em inglês.

O segundo problema que discutimos a respeito dos resultados do primeiro capítulo se refere à ideia de que os verbos dativos envolvem alguma relação de posse entre os dois argumentos internos. Seguindo questões primeiramente levantadas por Oerhle (1976), sustentamos que não é claro se há realmente alguma noção de posse que cubra todas os casos relevantes. Além disso, mostramos que há casos que falham no único teste operacional existente na literatura para a identificação da noção relevante. Então, nossa conclusão sobre a abordagem baseada em posse para a semântica dos verbos dativos é que não podemos tomá-la como bem motivada; é possível que estejamos lidando com outro tipo de relação: seguimento da pesquisa clarificará melhor essa questão.

Palavras-Chave: semântica lexical dos verbos, realização de argumentos, alternância dativa, dativização em português.

ABSTRACT

In Portuguese, like in other Romance languages, certain verbal complements - specially when governed by the prepositions *para* or *a* (both translated either by *to* or *for*) - can be converted into what some traditional grammarians call a “dative pronoun”, as in *A Maria lhe deu um livro* (“Maria gave him a book”). We will call this construction *Portuguese dativization*. Our aim in this work is to study the semantic properties of verbs that may fall under this construction.

In the first chapter, we begin by a review the observations found in traditional grammars. We will show that they offer a very superficial and insufficient characterization of the process. After a brief demonstration that the Portuguese Dativization shares some of the properties of a well-known construction in English, namely, the double object construction (cf. Green 1974, Oerhle 1976, and others), we turn to the extensive literature on this construction. We compare the English and the Portuguese constructions, reaching two preliminary conclusions: (a) both processes share a fundamental property, namely, both affect verbs that involve some “relation of possession” between two internal arguments; (b) the two languages differ, however, with respect to temporal constraints on the constructions - English is sensitive to temporal information (codified into what the literature calls the “prospective possessor constraint”), Portuguese is not.

In the second chapter, we submit these preliminary conclusions to a critical review, and find that both are problematic. One of the problems is raised by a hypothesis put forward by Koenig & Davis (2001); according to this hypothesis, processes that affect the syntactic realization of verbal arguments are insensitive to “modal sublexical information”, which includes temporal information concerning the events that compose the meaning of verbs. As we will show, this hypothesis is incompatible with the idea that the double object construction of English is subject to a requirement for prospective possessors. At the same time, the hypothesis is fully compatible

with the Portuguese Dativization, which is not sensitive to temporal information. Moreover, as we will see, Koenig & Davis (2001) present a wide range of arguments supporting the idea that modal information is really transparent to argument realization, including facts related to dative verbs. So, our final conclusion, in this respect, is that the hypothesis that argument realization is insensitive to modal sublexical information is correct, and that there must be some independent explanation for the exceptional behavior of the double object construction in English.

The second problem we discuss for our conclusions of the first chapter concerns the idea that dative verbs involve some “relation of possession” between two internal arguments. Following doubts first raised by Oerhle (1976), we argue that it is unclear whether there is really some notion of “possession” that covers all the relevant cases. Moreover, we show that there are cases that fail the only operational test existent in the literature for the identification of the relevant relation. So, our final conclusion about the “possession”-based approach to the semantics of dative verbs is that, at present, it cannot be taken as well-founded; it is possible that we are dealing with some other type of relation, and further investigation is needed to clarify this issue.

Keywords: lexical semantics of verbs; argument realization; dative alternation; dativization in Portuguese.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
EPÍLOGO.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
1. PARA UMA CARACTERIZAÇÃO INICIAL DA DATIVIZAÇÃO EM PORTUGUÊS.....	15
1.1. A Caracterização da Dativização na Gramática Tradicional.....	16
1.2. A Caracterização Clássica da Alternância Dativa em Inglês.....	19
1.3. A Aplicação da Caracterização Clássica da Alternância Dativa à Dativização em Português.....	26
1.4. A Caracterização Inicial da Dativização.....	29
2. DOIS PROBLEMAS: A HIPÓTESE DA NÃO-SENSIBILIDADE À MODALIDADE SUBLEXICAL E A EXISTENCIA DE ESTRUTURAS DATIVAS SEM BASE POSSESSIVA.....	31
2.1. Hipótese da Não-Sensibilidade à Modalidade Sublexical.....	33
2.2. Temporalidade nos Verbos Dativos e Outros Problemas para a Hipótese da Não-sensibilidade à Modalidade Sublexical.....	41
2.3 Há de Fato uma Base Possessiva nas Construções Dativas?.....	48
2.4 Encruzilhada: as Questões Levantadas pela Hipótese da Não-sensibilidade à Modalidade Sublexical e pela Análise do Componente de Posse.....	61
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

INTRODUÇÃO

Em português, existe um processo por meio do qual se pode adicionar um pronome clítico junto ao verbo, como, por exemplo, em *A Maria lhe deu um livro*. A esse processo chamaremos *dativização*. Especificamente, estudaremos, neste trabalho, a dativização como o processo pelo qual um verbo *bitransitivo* (verbo transitivo direto e indireto) toma um argumento clítico dativo, ou seja, aquele que, segundo o recorte estabelecido aqui, pode alternar entre as cinco pessoas (*me/te/lhe/nos/lhes*) ainda utilizadas no português culto falado ou escrito no Brasil. Dessa forma, neste trabalho, não analisaremos casos de verbos transitivos indiretos que tomam clíticos dativos como argumentos, como, por exemplo, em *Lhe doem as costas*. e *Me fugiram as ideias*. Também, pelo mesmo critério, não entrarão no escopo da nossa análise verbos que possibilitam os dativos enfáticos (ou "éticos"), ou seja, verbos que costumam aceitar somente a primeira pessoa do singular em suas construções, como, por exemplo, em *Me corre até o bar e chama o Pedro*. Assim, reiteramos, nossa análise se centra nos casos em que os verbos permitem a expressão de dois argumentos: um objeto direto e um pronome clítico dativo (podendo este alternar entre as cinco pessoas referidas acima). Por consequência da análise desses verbos, vez por outra estabelecemos análises das preposições que alternam com esses pronomes clíticos, mas buscar uma análise adequada dessas preposições não é o objetivo primordial deste trabalho, ainda que seja um objetivo tangencial desenvolvido em boa parte deste estudo.

Nosso objetivo específico, neste trabalho, é contribuir para a discussão de quais são as propriedades semânticas dos verbos que são capazes de restringir o uso desses pronomes a determinadas classes. Nesse sentido, acreditamos que é possível e buscamos estabelecer e discutir as informações da semântica verbal que a sintaxe "enxerga" para condicionar a utilização de pronomes dativos em português? De fato, no primeiro capítulo, estabelecemos um possibilidade de caracterização semântica tanto para a

alternância dativa, baseados na literatura corrente, quanto para a dativização, baseados na comparação com o fenômeno do inglês. No segundo capítulo, discutimos as caracterizações desses dois fenômenos, baseados, primeiramente, em uma questão teórica de grande relevância que entra em choque com uma parte da análise proposta no primeiro capítulo – a hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical –, em segundo lugar, discutimos a generalização que, segundo demonstramos no primeiro capítulo, aproxima os dois fenômenos. Assim, ao fim do trabalho, apresentaremos algumas questões que levantamos de acordo com a caracterização inicial que estabelecemos no primeiro capítulo e com a discussão dessa caracterização que estabelecemos no capítulo dois.

A relevância do fenômeno aqui analisado provém, de acordo com a análise que fazemos na primeira seção do capítulo um, do fato de a gramática tradicional ter apenas uma descrição parcial dele: uma análise correta, de fato; mas incompleta. Buscamos, portanto, nas demais seções, uma caracterização desse processo por dois motivos: (i) ainda não parece haver uma análise robusta da dativização nas gramáticas do português; e (ii) há, na literatura linguística, um amplo estudo a respeito dos dativos translinguisticamente: área em que esse trabalho se insere e para a qual, em alguma medida, busca contribuir.

Como referimos, procuramos, na primeira seção do capítulo um, analisar o que as gramáticas tradicionais têm a dizer a respeito do fenômeno da dativização em português. Como chegamos ao resultado de que a análise proporcionada por essas obras não é suficiente, nas seções seguintes do mesmo capítulo e nos demais capítulos, buscamos, dentro da perspectiva da gramática gerativa e das correntes vinculadas a ela, como, por exemplo, a HPSG (Head-Driven Phrase Structure Grammar), uma melhor caracterização da dativização em português. Especificamente, procuramos na literatura sobre um fenômeno semelhante em outra língua – a conhecida alternância dativa do inglês – propriedades que pudessem ser compartilhadas entre os dois fenômenos e as eventuais diferenças, as quais nos ajudassem a delimitar mais precisamente o domínio da dativização em português.

Restringimo-nos, no entanto, aos trabalhos dentro da hipótese de que a semântica lexical dos verbos influencia a realização de argumentos. Assim, nas seções dois e três do primeiro capítulo, apresentamos, dentro dessa perspectiva, a análise clássica da alternância dativa, traçando um paralelo com a dativização em português. Chegamos ao resultado preliminar, na seção quatro, de que, de acordo com a nossa análise, a propriedade semântica relevante tanto para a alternância dativa, quanto para a dativização é a noção de posse, ambos os processos diferindo somente quanto a noção de tempo envolvida nessa posse.

No segundo capítulo, levantamos dois problemas para a determinação de quais propriedades semânticas regem a alternância dativa e, por consequência do nosso paralelo, a dativização: um problema relacionado ao componente de temporalidade envolvido na diferença entre o português e o inglês (a hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical) e outro relacionado à restrição geral que estabelecemos na busca da comparação dos dois processos, ou seja, na propriedade semântica da posse.

Na primeira seção, apresentamos a hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical, segundo a qual a informação modal de natureza sublexical não é relevante para a realização dos argumentos. Mostramos que há argumentos robustos para que essa hipótese se sustente. Ela, no entanto, vai de encontro à análise estabelecida no primeiro capítulo, segundo a qual a dativização diferiria da alternância dativa quanto à relação temporal da posse na semântica dos verbos. Assim, na segunda seção, apresentamos esse e outros problemas para essa hipótese, o que nos leva a obtenção da primeira questão levantada por este trabalho: por que, mesmo imune a alguns elementos modais, a alternância dativa é sensível a elementos de temporalidade? Um fato interessante levantado nessa seção é que, para a dativização no português, a hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical é perfeita, pois, como mostramos no capítulo um, a possibilidade de dativizar um argumento em português não parece depender de informação de natureza modal. O fato que apresenta problema é, portanto, a alternância dativa do inglês. Além disso, mostramos que a seleção de

preposições parece ser problemática quando desconsideramos elementos de modalidade como determinantes na realização argumental. Porém, quanto a este último problema, não desenvolveremos maiores considerações neste trabalho. Assumimos, no entanto, que é mais uma questão que deve ser levantada em relação aos verbos dativos.

Ainda na segunda seção, apresentamos algumas soluções possíveis para a evidência da não sensibilidade à modalidade sublexical em verbos do inglês: essa insensibilidade é a regra geral, o caso não-marcado, dos processos que afetam a realização sintática dos argumentos; determinadas línguas podem, entretanto, incorporar, como uma opção marcada, alguns poucos elementos particulares de modalidade. No entanto, não trabalhamos muito essa solução devido às proporções deste trabalho.

O outro problema que levantamos em relação a caracterização tradicional da alternância dativa e para a caracterização da dativização que apresentamos no capítulo um é o seguinte: o elemento da semântica dos verbos dativos relevante para ambos os processos, de fato, é uma relação de posse? Independentemente de incorporarem ou não elementos de modalidade como intenção, temporalidade, etc., de acordo com a predição tradicional e que apresentamos no primeiro capítulo, em todos os verbos, haveria uma relação de posse entre dativo e tema.

Entretanto, mostraremos, na terceira seção deste capítulo, que há argumentos que colocam problemas para essa hipótese. Mostraremos, primeiramente, que é difícil uma caracterização precisa do que seja posse e, em um segundo momento, que mesmo o teste tradicionalmente utilizado (a paráfrase com *have/ter*) não parece ser confiável. Apresentaremos, também, alguns casos em que verbos, mesmo tendo um componente de posse, não apresentam a construção dativa. Mostraremos, também, alguma variação dialetal do inglês que fornece evidências contraditórias, alguns relacionados a posse, outros não. Por fim, argumentaremos que a classe de verbos de contado e fixação, como *fixar*, *cravar* e *encostar*, fornece uma evidência definitiva para abandonarmos a ideia de posse como determinante para a dativização em português.

Portanto, não apenas o componente modal da semântica dos verbos dativos requer novos estudos, mas também sua caracterização semântica mais consensual - o componente possessivo. Isso nos permite, ao final desse trabalho, com já dissemos, levantar questões em relação à semântica dos verbos dativos.

CAPÍTULO 1

Para uma Caracterização Inicial da Dativização em Português¹

Para uma caracterização inicial da dativização em português, recorreremos primeiramente ao que as gramáticas tradicionais têm a dizer sobre o fenômeno, pois, muitas vezes, essas obras têm intuições interessantes sobre os fenômenos da língua. Assim, na seção inicial, faremos uma revisão da doutrina tradicional, demonstrando, ao final, que ela *não* é suficiente para a caracterização precisa do processo, especialmente de suas restrições semânticas. Dessa forma, nas seções seguintes, nosso objetivo será buscar uma melhor caracterização dessas restrições. E, como a doutrina tradicional não se mostra suficiente para caracterizar a dativização, recorreremos à literatura sobre um processo razoavelmente semelhante em outra língua - a conhecida alternância dativa do inglês -, destacando semelhanças e eventuais diferenças em relação às restrições verificadas na dativização em português.

Nossa conclusão será a de que tanto a alternância dativa do inglês quanto a dativização do português envolvem a mesma ideia básica de *relação de posse* entre os complementos verbais; diferem, entretanto, quanto ao *conteúdo temporal* associado a essa relação. A dativização inglesa está sujeita à conhecida restrição do *possuidor prospectivo* e, por isso, limita-se, em larga medida, aos contextos que expressam transferência de posse (GREEN, 1974; OERHLE, 1976; PINKER, 1989; GROPER *et al.*, 1989; entre outros). Em português, por outro lado, não há restrições ao conteúdo temporal da relação de posse, e o processo de dativização pode se aplicar simplesmente quando há *relação de posse* - passada, presente ou futura - entre os complementos verbais.

¹ Este capítulo foi baseado, ainda que não em sua totalidade, em Soares & Menuzzi (2009).

1.1. A Caracterização da Dativização na Doutrina Gramatical

Na norma culta brasileira da língua portuguesa, o sintagma preposicionado [SP] *para os moradores da rua* na frase (1a) abaixo pode ser expresso por um clítico dativo junto ao verbo, como já apresentado, conforme o exemplo em (1b).²

- (1) a. A árvore deu frutos [para a população da cidade]_{SP}.
 b. A árvore lhes deu frutos.

Nas gramáticas tradicionais, os sintagmas preposicionados que são tomados como argumentos do verbo são denominados objetos indiretos³. Neste trabalho, assumimos que, de acordo com o que sustentam algumas dessas obras, somente são objetos indiretos os complementos preposicionados que podem ser transformados em *lhe/lhes*; sendo assim, a caracterização do objeto indireto é exatamente ser “dativizável”, isto é, ser passível da conversão em pronome dativo, como *lhe/lhes* para a 3^a. pessoa.

Para definir os objetos indiretos (no sentido estrito que aqui utilizamos), as gramáticas tradicionais lançam mão de uma série de critérios formais e semânticos. Entre eles, destaca-se o fato de serem introduzidos apenas pelas preposições *a/para*⁴, como, por exemplo, em (1); vê-se, no

² Entendemos por norma culta brasileira da língua portuguesa o conjunto de variedades dominadas por pessoas escolarizadas, o que inclui tanto a variedade que falam quanto a que utilizam quando escrevem textos em que devem adotar a língua padrão (artigos em revistas e jornais, trabalhos científicos, etc.).

³ Não há exatidão terminológica nas gramáticas tradicionais quanto ao que se refere esse termo. Acerca disso, nos esclarece Bechara (2003, p. 52) que “Dizem-se transitivos indiretos os que pedem complemento introduzido por preposição necessária. (...) A NGB, a bem da simplificação, reúne sob o título de objeto indireto complementos verbais preposicionados de natureza bem diversas: o objeto indireto propriamente dito, em geral encabeçado pelas preposições *a* ou *para* e que pode ser substituído pelo pronome clítico *lhe, lhes* (*escrevi aos pais*); o complemento partitivo, em geral iniciado pela preposição *de* (*lembrar-se de alguma coisa*) e o complemento de relação, também em geral introduzido pela preposição *de* (*ameaçar alguém de alguma coisa*)”. Cunha & Cintra (2001, p. 136), Gama Kury (2006, p. 40) e Luft (2002, p. 58) agrupam todas os complementos preposicionados sob este rótulo, embora este os divida em subclasses. Rocha Lima (2008, p. 243) e Bechara (2006, p. 241), por outro lado, caracterizam o objeto indireto somente como o que pode ser substituído pelo pronome clítico *lhe, lhes*. Como o fenômeno que nos interessa neste trabalho é a transformação de um oblíquo nesses pronomes clíticos, atribuiremos o nome de *dativo* a estrutura oblíqua capaz de ser transformada em um clítico junto ao verbo.

⁴ Parece ser consensual, entre os gramáticos, que “Este complemento [objeto indireto] vem sempre precedido de preposição *a* ou *para*.” (BECHARA, 2003, p. 52). Isso é afirmado também nas demais obras, que o caracterizam como “introduzido pela preposição *a*” (BECHARA, 2006, p. 241), “por vir encabeçado pela

entanto, que esta não é uma restrição categórica para a utilização de pronomes dativos, pois o pronome *lhe* pode ser utilizado com verbos que permitem outras estruturas preposicionadas que não sejam introduzidas pelas preposições mencionadas, como, por exemplo, em (2b), em que se demonstra a possibilidade de uma estrutura introduzida por *em* ser expressa pelo clítico, como em (2a):

- (2) a. João me deu um empurrão.
 b. João deu um empurrão em mim.
 c. *João deu um empurrão para mim.

Outra ideia que parece razoavelmente consensual entre as diversas gramáticas tradicionais é a de que, semanticamente, o objeto indireto denota um ser animado ou concebido como tal⁵, como, por exemplo, em (1) e em (2); encontram-se, entretanto, em algumas orações, objetos indiretos que não são animados. Observa-se, por exemplo, em (3), que *a porta*, apesar de não ser animada, é retomada por *lhe*:

- (3) A porta veio com alguns problemas, que resolvi quando *lhe* troquei/arrumei/consertei a fechadura.

As obras da doutrina tradicional tendem a sustentar, também, a ideia de que o objeto indireto parece expressar o *destinatário* ou de *beneficiado* (mais raramente, de *prejudicado*)⁶, como, por exemplo, vemos em (1) e em (2);

preposição *a* (às vezes, *para*)” (ROCHA LIMA, 2008, p. 244) e, “quando substantivo, obrigatoriamente precedido de preposição (*a*, mais raramente *para*),” (GAMA KURY, 2006, p.40).

⁵ De acordo com a caracterização dada em Bechara (2006, p. 421), “Integrada a delimitação da amplitude semântica do predicado complexo mediante um signo léxico, pode aparecer um outro signo léxico, subsidiário desse conjunto da função predicativa, que denota geralmente relação a um ser animado.”, e em Rocha Lima (2008, p. 243), “O objeto indireto representa o ser animado”, esclarecendo ainda, em nota, que “Quando substantivos referentes a “coisas” (lato sensu) se usam como objeto indireto, devem considerar-se – ensina Hayward Keniston – como se fossem capazes de receber tratamento igual ao de pessoas” (*ibid*).

⁶ Algumas obras utilizam somente uma das noções, o objeto indireto: a) “No nível semântico, exprime o ser ao qual se dirige ou destina a ação verbal. Nos verbos transitivos diretos e indiretos, é o termo que exprime o destinatário do objeto direto.” (LUFT, 2002, p. 65), ou é “a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa.” (ROCHA LIMA, 2008, p. 243); b) “designa o ser a quem a ação beneficia ou prejudica.” (GAMA KURY, 2006, p. 40). Bechara (2003, p. 52; 2006, p. 241) , por outro lado, utiliza-se de ambos os critérios: servem “para indicar o ser a quem se destina ou o ser beneficiado ou prejudicado por esta referida ação.”

não são todos os dativos, no entanto, que têm essa semântica como vemos em (4a), em que o pronome clítico tem o significado de *origem* ou, em (4b), de *locativo/paciente*:

- (4) a. João me tomou/roubou/tirou o carro.
b. Joana lhe cravou/encostou/fixou uma estaca.

Além disso, a doutrina tradicional sustenta que o objeto indireto parece ser um elemento exigido pelo verbo, para que ele tenha seu sentido completado⁷ (argumento semelhante ao proposto por Randall, 1987), o que realmente parece ser verdade para os exemplos em (1), (2), (3) e (4); alguns verbos, entretanto, permitem que se adicione um dativo, mesmo sem exigí-lo em todas as suas utilizações ou sem pressupô-lo. Esse caso pode ser representado, por exemplo, pelos verbos *preparar/fazer* que, mesmo sem acarretar a utilização de um dativo, podem ter esse elemento, como em (5), designando uma relação entre o objeto direto e, nesse caso, o beneficiário:

- (5) a. João preparou/fez um chá.
b. João me preparou/fez um chá.
c. João preparou/fez um chá para mim.

Os demais critérios sintáticos e semânticos das gramáticas tradicionais, que são ainda menos consensuais, também apresentam problemas, razão pela qual a caracterização tradicional das construções dativas não parece ser satisfatória. Uma maneira de melhorarmos nossa compreensão do processo de dativização em português é procurar nele semelhanças com processos que envolvam objetos indiretos em outras

⁷ Rocha Lima (2008, p. 243) afirma que “Nem sempre (como veremos adiante) o objeto indireto é ‘complemento verbal’, mas sim ‘termo integrante do predicado – verbal, nominal, ou verbo-nominal’ -, independentemente da natureza do verbo. (...) Situa-se, portanto, menos como um complemento do verbo (de cujo regime, na maioria das vezes independe) do que como um complemento da *oração* -, da qual é, aliás, facilmente dispensável em muitas situações.” Não obstante esta posição, a visão predominante parece ser que “Certos verbos transitivos, mesmo acompanhados de objeto direto, continuam com sentido incompleto, exigindo outro complemento precedido de preposição” (BECHARA, 2003, p. 52), ou seja, “estes verbos requerem simultaneamente OBJETO DIRETO e INDIRETO para completar-lhes o sentido.” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 136).

línguas - especialmente aquelas que foram extensivamente estudadas por linguistas. Nesse sentido, evidentemente não há melhor lugar para começar do que pela literatura sobre a conhecida alternância dativa do inglês.⁸

1.2. A Caracterização Clássica da Alternância Dativa em Inglês

Contrariamente à dativização em português, o processo da alternância dativa em inglês possui uma extensa literatura.⁹ Neste trabalho, ater-nos-emos às análises que tratam esse fenômeno a partir da ideia de que o significado do verbo é determinante na possibilidade de ele sofrer alternância ou não. Dessa forma, não analisaremos trabalhos em que o fenômeno é explicado por meio de transformações na estrutura sintática, tanto por meio de deleção da preposição, quanto por meio de Mova- α ¹⁰.

A construção inglesa com duplo objeto, tal como a dativa portuguesa, alterna com uma subclasse dos sintagmas preposicionados; mais do que isso, sintagmas que são regidos pelas preposições *to* e *for*, que usualmente são traduzidas por *a* ou *para* em português; e, também não por acidente, os verbos que a permitem, como *give*, *buy*, *take*, que correspondem a *dar*, *comprar*, *trazer* - isto é, também aqui, há grande sobreposição entre os dois processos.

À diferença do processo em português, na dativização em inglês o dativo é objeto direto do verbo - e pode ser tanto um pronome, quanto um sintagma nominal pleno, conforme (6b,c); (6d) mostra que o sintagma

⁸ Há, como já brevemente referido na introdução, diversas pesquisas translinguísticas a respeito de dativos, entre os quais podemos destacar, nos últimos anos, Levin (2008). Em português, há trabalhos sobre variação, em que se encontram exemplos de construções duplo objeto semelhantes à do inglês, entre os quais podemos salientar Lucchesi & Mello (2009), Cavalcante (2009) e Scher (1996).

⁹ Em português, Araújo (2009) possui uma pesquisa sobre as restrições da alternância dativa do inglês, trabalho que se baseou em bibliografia semelhante à aqui utilizada.

¹⁰ Assim, uma longa tradição de caracterização da alternância dativa do inglês não será analisada neste trabalho. Entre as principais obras, podemos destacar Fillmore (1962 e 1965) e Emonds (1971), no Modelo Padrão da Gramática Gerativa; Larson (1988), no modelo de Princípios e Parâmetros, e, seguindo este, Harley (1996 e 2002) e Beck e Johnson (2004), no Modelo Minimalista. Nossa opção se deve ao fato de existirem argumentos, na nossa opinião, contundentes para que este não seja um processo transformacional na sintaxe, principalmente nos trabalhos de Oerhle (1976), de Gropen et al. (1989), de Pinker (1989) e de Jackendoff (1990b). Alguns desses argumentos serão explorados neste trabalho.

nominal dativizado pode ser passivizado, atestando seu caráter de objeto direto em inglês¹¹:

- (6) a. I gave a book *to John*.
 b. I gave *him* a book.
 c. I gave *John* a book.
 d. *John* was given a book.

(GREEN, 1974, p. 70)

É de se observar que, embora a dativização em português não tenha o dativo como objeto direto, mas apenas como pronome átono, isso por si já é um modo de torná-lo um elemento promovido. Sendo átono, o pronome se prende a uma das formas do complexo verbal – uma aproximação formal semelhante à que ocorre em inglês. Além disso, há sincretismos significativos entre as formas pronominais para objetos diretos e dativos: *me*, *te* e *nos* são formas comuns a objetos diretos e dativos; e, embora *lhe* e *o* se oponham historicamente e no padrão escrito, em muitos dialetos correntes, se não na norma falada, *lhe* tornou-se a forma átona de tratamento e, como tal, é usada como objeto indireto e direto (cf. *O senhor sabia que o João lhe viu ontem no supermercado?*). Assim, a dativização em português é uma regra em que o dativo adquire algumas características de objeto direto, em alguns aspectos semelhante ao que ocorre em inglês.

Retornando à discussão da literatura sobre a dativização em inglês, é importante mencionarmos que, em larga medida, alguns dos trabalhos que estudaram o processo em inglês concluíram que a estrutura preposicionada e a com duplo objeto estariam associadas a representações de significado diferentes, mas relacionadas: seriam padrões sintáticos que refletiriam representações semânticas diferentes, mas regidas pela mesma semântica básica dos verbos (hipótese que veio a ser conhecida como "Meaning-Driven Hypothesis", cf. Levin & Rappaport-Hovav, 2005, Levin & Rappaport-Hovav,

¹¹ O fenômeno da passivização parece ser mais complexo do que simplesmente, a transformação do objeto direto em sujeito. Para mais detalhes sobre esse processo dentro do *framework* utilizado nesse trabalho, Levin & Rappaport (1986), Pinker(1989), entre outros, são esclarecedores. Para nossa exposição, é suficiente, como teste para o caráter de objeto direto, a oposição entre a passivização do dativo em inglês, que se torna sujeito, e a não-passivização do dativo em português, que permanece como pronome clítico, mesmo na voz passiva do verbo.

2008b e Levin, 2008). No que segue, retomamos algumas das observações de Green (1974) e de Oerhle (1976) (no geral, confirmadas em Pinker, 1989, Gropen *et al.*, 1989, entre outros) acerca da alternância dativa em inglês, para a seguir utilizá-las para uma comparação com a dativização em português¹².

Oerhle (1976, p. 65–68) é um dos primeiros a apontar que as duas estruturas envolvidas na alternância dativa não seriam semanticamente idênticas. Ele observa, em particular, que seriam justamente essas diferenças que explicariam por que, às vezes, uma das estruturas não possuiria correspondente na outra, como nos exemplos em (7) e em (8) abaixo:

- (7) a. The movie gave me the creeps.
 b. * The movie gave the creeps to me.
 ‘O filme me deu medo/*deu medo para mim’

- (8) a. The operation gave Max an ugly appearance.
 b. * The operation gave an ugly appearance to Max.
 ‘A operação deu uma aparência horrível para Max.’

(OERHLE, 1976, p. 65–66)

Note-se que (7) e (8) mostram que há casos em que a estrutura dativa é possível, mas não possui correspondente na estrutura preposicionada. Isso, segundo Oerhle (1976, p. 66), demonstraria que não é possível tratar a alternância dativa como uma transformação¹³ – a estrutura preposicionada não é a estrutura profunda da dativa.

Em relação à estrutura dativa, a observação fundamental de Green (1974, p. 110–111) e de Oerhle (1976, p. 58) é a de que estaria sujeita a uma condição que veio a ser conhecida como a restrição do *possuidor prospectivo* (GROPEN *et al.*, 1989, p. 243): em geral, só poderiam ser dativizados elementos que, antes do evento denotado pela sentença, não possuiriam o

¹² Em geral, os autores trabalharam com restrições semânticas à dativização apontam, também, restrições de ordem morfológica, como o fato de ser um "*linate verb*", e fonológica, como o fato de não ter a sílaba tônica inicial. Assim, explicam porque *donate*, que é um "*linate verb*" e que não tem a sílaba tônica inicial, não permite a alternância dativa, apesar de significar causação de posse (cf. **I donate him the book.*). Essa restrição não será explorada neste trabalho.

¹³ Essa hipótese é tratada com especial atenção na partes II e III de Oerhle (1976, p.164-271). Como já salientamos, neste trabalho não entraremos em detalhes acerca dessa análise (ver nota 10).

objeto direto e que, com o evento, passariam a possuí-lo – isto é, só são dativizáveis os que poderiam estabelecer uma relação que seja concebível como relação de posse.¹⁴ Essa condição explicaria várias das restrições do processo em inglês. Em primeiro lugar, explicaria por que lugares não são dativizáveis, como o contraste em (9) demonstraria: um encaixotador pode vir a "ter (ou estar com) a posse" de um pacote, mas a fronteira (de um país) não:

- (9) a. I sent the package to the boarder/border.
 b. I sent the boarder/*the border a package.
 'Eu enviei o pacote para o encaixotador/para a fronteira'
 (PINKER, 1989, p.69–70)

A mesma condição seria capaz, ainda, de explicar por que somente alguns benefactivos podem sofrer o processo, conforme vemos em (10) vs. (11) abaixo:

- (10) a. I bought a car for Mary./ I bought Mary a car.
 'Eu comprei um carro para Maria'
 b. I baked a cake for Mary./ I baked Mary a cake.
 'Eu assei (fiz, preparei) um bolo para Maria'
 (OERHLE, 1976, p. 108, 144)
- (11) a. Max washed the car for Kate./ *Max washed Kate the car.
 'Max lavou o carro para Kate'
 (GROPEN *et al.*, 1989, p. 204)
- b. I tasted the cake for Phil./ *I tasted Phil the cake.
 'Eu experimentei o bolo para Phil'
 (PINKER, 1989, p. 48)

Note-se que, em (10) e (11) acima, o componente importante seria o da posse prospectiva, isto é, futura. Apenas em (10a,b) o benefício obtido pelo

¹⁴ Segundo Oerhle (1976, p. 31), “[i]t has often been noted that there is a connection between a large subset of the verbs which occur in the dative constructions and concepts involving ‘possession’. Yet the concept ‘possession’ is itself a diffuse one.” Assim, tanto em inglês quanto em português, é difícil delimitar-se precisamente a noção de "posse" relevante. Aqui usamos como critério operacional a possibilidade de a relação ser expressa por meio de algum verbo de posse, como *ter* ou *possuir*, que será melhor analisado no capítulo dois.

dativo com o evento seria, precisamente, "vir a ter, ou usufruir, da posse" do tema¹⁵; em (11a) o benefício residiria em que algo de positivo aconteceria a algo que já pertenceria ao objeto indireto – isto é, em (11a), o objeto indireto é o possuidor atual, e não um possuidor prospectivo, do tema. Em (11b), o dativo pode nem chegar a possuir o tema; antes ele espera uma aprovação para decidir se quer ou não ter, ou provar, o bolo.

Além disso, a mesma condição ainda explicaria por que eventos malefactivos – em que o objeto direto não seria beneficiado, mas sim prejudicado – não poderiam ser expressos pela estrutura com duplo objeto¹⁶:

- (12) a. *John ate me the lunch.
 ‘João me comeu o almoço’
 b. *John broke me the car.
 ‘João me quebrou o carro’

(LEVIN, 2009, p. 8)

Oerhle (1976, p. 60–66) ainda observa um outro elemento de oposição entre as duas construções: o fato de a sentença envolver ou não transferência de posse. Na construção com duplo objeto, o evento denotado pela sentença seria de causação de posse¹⁷, e não necessariamente de transferência. Assim, enquanto se poderia dizer que houve transferência de posse em exemplos como (6a) ou (9a) (no sentido relevante), o mesmo não parece ser verdade para (9b). Segundo Oerhle (1976, p. 26), a construção preposicionada com *to*, ao contrário, exigiria justamente que houvesse transferência de posse: isto é, só poderiam aparecer, na forma preposicionada com *to*, verbos cujo significado denotaria um evento que teria como um estado inicial uma relação de posse R entre o sujeito e o tema e, como resultado, a mesma

¹⁵ Não oferecemos uma caracterização precisa do que seja o “tema”, pois tampouco o faz Oerhle (1976). Como conceito operacional, utilizamos essa palavra como o argumento que canonicamente aparece na posição de objeto direto na construção preposicionada ou como segundo objeto na construção com duplo objeto.

¹⁶ Em Pinker (1989, p.116), vemos que, no inglês antigo, havia construções dativas com malefactivos, como *They broke him his shoulder*. ‘Eles quebraram lhe o seu ombro’ e *He ate me up half a ham of bacon*. ‘Ele me comeu metade de um presunto de bacon’. No entanto, no inglês atual, malefactivos não parecem apresentar alternância dativa.

¹⁷ A noção de causação também não é formalizada em Oerhle(1976). Intuitivamente, de acordo com esse trabalho e para dar conta dos exemplos representados, acreditamos que causação é um ato que inicia e desencadeia um evento (LEVIN & RAPPAPORT-HOVAV, 1995).

relação R, agora entre o dativo e o tema.

Essa condição, observa Oerhle (1976, p. 60-66), explicaria os contrastes em (7) e (8) acima: as sentenças com duplo objeto são boas porque expressariam a simples causação de posse, e as construções preposicionadas são ruins precisamente porque não haveria transferência de posse no evento descrito - sensações, aparência, etc., não podem ser transferidas, apenas causadas, por quem as causa. De fato, Oerhle (1976, p. 60-66) observa que (7) e (8) seriam casos particulares de uma restrição mais geral, abarcada por sua vez pela restrição da transferência: entidades cuja posse é inerente a um indivíduo - isto é, de posse inalienável - não podem ser transferidas; logo, não poderiam ocorrer na construção com *to*:

(13) a. The constant chatter gave me a headache.

b. *The constant chatter gave a headache to me.

‘A tagarelice constante me deu uma dor de cabeça’

(OERHLE, 1976, p. 60)

A mesma condição explicaria uma outra restrição no uso da construção com *to*: *give*, usado como um *light verb*, aparece apenas na construção dativa:

(14) a. John gave the table a kick. / *John gave a kick to the table.

‘João deu um chute na mesa’

b. Gibson gave the rope a pull. / *Gibson gave a pull to the rope.

‘Gibson deu um puxão na corda’

(OERHLE, 1976, p. 45-47)

Nos exemplos acima, o verbo *give* expressaria apenas a ideia de causação: o evento causado seria expresso pelo tema ("dar um chute" é "chutar"), o sujeito seria o agente da causação, e o dativo seria o paciente do evento causado. Evidentemente, nem o sujeito nem o argumento dativizado entrariam numa relação de posse com o tema, mas antes manteriam relações temáticas com ele - ou seja, seria o tema que estabeleceria os papéis temáticos do sujeito e do dativo; e, é claro, que não haveria transferência da

relação de posse do sujeito para o argumento dativizado. (Observe-se que os usos em (14) violam a restrição do possuidor prospectivo – possivelmente porque neles *give* expressa apenas causação, e não causação de posse.)

Finalmente, a restrição da transferência de posse explicaria ainda um outro fato do inglês: o de que beneficiários não aparecem com a preposição *to*, mas com *for*. Os exemplos em (10) são de verbos que não acarretam posse prévia do sujeito sobre o objeto a ser usufruído pelo beneficiário ("comprar um carro para alguém" não significa "comprar um carro para si e dá-lo, depois, para alguém"). E os exemplos em (11), muito menos: como vimos, em (11a), o beneficiário já é o possuidor atual do tema; e, em (11b), ele nem chega, necessariamente, a possuí-lo.

As observações de Green (1974) e de Oerhle (1976) que acabamos de sintetizar serviram de base para diversos trabalhos subsequentes, como Pinker (1989), Gropen et al. (1989), entre outros. Todos estes trabalhos postulam o significado de causação de posse ("X causes Y to have Z", cf. PINKER, 1989, p.73) para a construção dativa, e de causação de movimento ("X causes Z to go to Y", cf. PINKER, 1989, p.73)¹⁸ para a construção com a preposição *to*. Portanto, as observações acima constituem um núcleo relativamente consensual, nos trabalhos que seguem a "Meaning-Driven Hypothesis", para a caracterização da alternância dativa do inglês.¹⁹

¹⁸ Essas duas "paráfrases" tomadas de Pinker (1989, p, 73) são, na verdade, estruturas conceituais, ou seja, representações de elementos que constituíram o significado mais básico dos verbos. Embora Oehrle(1976) não as tenha utilizado em sua análise (ele trabalha com condições de verdade), a maioria dos autores que analisaram a alternância dativa como uma relação de posse assumem esses tipo de artifício (ou elementos semelhantes) em suas análises.

¹⁹ Há outros trabalhos, entre os quais se destaca Goldberg (1995), que oferece uma caracterização ligeiramente diferente: a construção dativa não significaria causação de posse, mas de *recebimento*. Levin & Rappaport-Hovav (2008b) e Levin (2008), com base em Jackendoff (1990a), reavaliam, entretanto, as propostas aqui mencionadas, como veremos a seguir neste trabalho.

1.3. A Aplicação da Caracterização Clássica da Alternância Dativa à Dativização em Português

Utilizaremos as restrições do inglês para tentar circunscrever o domínio da dativização em português. A primeira observação é que, em português, também há uma restrição sobre a construção dativa semelhante à da posse prospectiva: obviamente lugares também não são dativizáveis em português, como vemos no contraste de (13a) e (14a) com (13b) e (14b).

- (13) a. João enviou um pacote para a Maria. / João lhe enviou um pacote.
 b. João enviou um pacote para São Paulo / *João lhe enviou um pacote.
- (14) a. João jogou a bola para o Pedro. / João lhe jogou a bola.
 b. João jogou a bola para fora de casa. / *João lhe jogou a bola.

Entretanto, a condição não parece ser exatamente como a do inglês: parece ser menos restritiva, pois tanto benefactivos como malefactivos podem ser expressos pela dativização:

- (15) a. O João nos fez/preparou uma janta deliciosa.
 b. O João me consertou/ajeitou o chuveiro.
 c. O João me sujou/bagunçou o quarto.
 d. O João me arreventou/estragou o carro.

A nosso ver, as construções benefactivas e malefactivas em (15) lembrariam de imediato um outro uso generalizado da construção dativa em português que não encontra correspondente em inglês: em português, a dativização seria possível quando o dativo é simplesmente o possuidor atual do tema - isto é, independentemente de veicular a ideia de benefacção ou

evento denotado pelo verbo e, portanto, seria prospectiva; em português, não haveria a restrição temporal e, portanto, o que importaria seria que houvesse uma relação de posse – seja ela passada, atual ou futura.²⁰

Consideremos, finalmente, a restrição da transferência de posse sobre a construção preposicionada. Novamente o que vemos é que o português apresenta restrição semelhante: de fato, tal como o inglês, nem construções em que o tema é de posse inerente, ou inalienável, do dativo, nem construções com o verbo *dar* utilizado como verbo leve podem ser expressas com as preposições *para* ou *a*. Isso aparece na tradução de (7) acima; abaixo fornecemos outros exemplos:

- (18) a. A aula de natação *thes* deu fome/ *deu fome *para* as crianças.
 b. A aula de natação deu fome *nas* crianças. (inglês: **give hunger in*)
- (19) a. A Maria *me* deu um beijo/ *deu um beijo *para* mim.
 b. A Maria deu um beijo *em* mim. (inglês: **give a kiss in/on*)

Os exemplos acima demonstram que, ainda que não apresente a construção com *para* ou *a*, o português (brasileiro, ao menos) permite uma variante preposicionada para a construção dativa – a variante com a preposição *em*, sem correspondente em inglês. Essa diferença poderia ser simplesmente resultado da existência de um padrão sintático específico, idiossincrático, para construções com *dar* leve em português. Por outro lado, preposições são os elementos gramaticais que variam em significado de língua para língua. No caso das diferenças entre *em* e *in*, uma explicação

²⁰ Oehrlé (1976, p. 93-98) observa que alguns poucos "verbos de perder", como *cost* e *lose*, admitem a construção dativa em inglês. Outros seriam *take (somebody) time/effort* e *last (somebody) time* (Hornby 1980, p. xxix). Além de constituir uma classe pequena, esses verbos possuem outras propriedades incomuns: não possuem a construção preposicionada correspondente (seja com *from*, *to* ou *of*); o argumento dativo não é objeto direto, pois não é passivizável. Em inglês, verbos de perda em geral possuem um argumento origem (como *steal/rob/take/get something from somebody*) e não admitem a construção dativa – como nossa hipótese prediz. Esse ponto será estudado mais adiante nesse trabalho.

plausível poderia ter relação com o fato de que, em português, *em* pode expressar locativos afetados, como no caso dos verbos de contato em (20); já, em inglês, esses argumentos são expressos normalmente por objetos diretos (Jackendoff 1990, p. 106–112):

- (20) a. João bateu *em* Maria. / João *lhe* bateu. / John hit (**in*)
Mary.
b. João tocou *em* Maria. / João *lhe* tocou. / John touched
(**in*) Mary.

Isso sugeriria que *em*, quando usado com *dar* leve, não expressaria uma relação de posse, mas simplesmente o papel de argumento afetado. O ponto importante dessas observações é que, se o complemento preposicionado na construção com *dar* leve não envolve posse, então essa construção *não envolve* a ideia de transferência. Isso confirmaria a observação de Oehrle (1976, p. 61) de que a construção dativa só possui correspondente com preposições como *to* em inglês - e *para* e *a* em português - se a construção puder expressar a ideia de transferência do tema.

1.4. A Caracterização Inicial da Dativização

Neste capítulo, depois de, rapidamente, analisarmos o que as gramáticas tradicionais apresentam em relação à dativização do português - a utilização de pronomes clíticos dativos como *lhe*, *me*, etc. como argumentos do verbo procuramos mostrar que esse fenômeno apresentaria restrições semânticas semelhantes às da conhecida alternância dativa do inglês. Especificamente, vimos que a dativização portuguesa apresentaria algo semelhante às restrições observadas por Green (1974), por Oehrle (1976), por Gropen *et al.* (1989), por Pinker (1989) e por outros - a restrição

do possuidor sobre a construção dativa, e a da transferência de posse sobre a correspondente preposicionada.

A análise dos fatos do português sugere que, quanto à construção dativa, a principal diferença entre as duas línguas diz respeito ao conteúdo temporal da relação possessiva entre tema e dativo – ela seria restrita à posse futura em inglês e, em português, não haveria restrição temporal. E, quanto à construção preposicionada, aparentemente o português permitiria correspondência com a construção dativa em vários contextos em que não haveria transferência, especialmente porque o português apresenta usos da preposição *em* sem correspondentes em inglês.

CAPÍTULO 2

Dois Problemas: A Hipótese da Não-Sensibilidade à Modalidade Sublexical e a Existência de Estruturas Dativas sem Base Possessiva²¹

Nosso objetivo, no presente capítulo, é discutir dois problemas que surgem para a abordagem que adotamos no capítulo precedente. O cerne dela, lembramos, está na ideia de que os verbos dativos possuem, em sua estrutura de eventos, dois tipos de elementos semânticos básicos: de um lado, dizem respeito às relações de posse; de outro, envolvem a (intenção de) causação destas relações, ou a (intenção de) causação da perda destas relações, ou, ainda, simplesmente não afetam relações de posse existentes entre tema e dativo. Chamaremos o primeiro elemento semântico de Base, ou Componente, Possessiva da semântica dos verbos dativos; e ao segundo, chamaremos de Componente Modal da semântica destes verbos (por razões que ficarão claras a seguir).

Procuramos mostrar, no capítulo anterior, que os verbos dativos do português e do inglês compartilham a mesma semântica básica; mas os processos de dativização das duas línguas diferem no modo como o Componente Modal os afeta: em inglês, aparentemente apenas verbos que envolvem causação de posse *futura* são dativizáveis (isto é, podem aparecer na construção de objeto duplo); em português, aparentemente não há restrições modais à operação da dativização (de adição de pronomes átonos dativos). Neste capítulo, veremos que pode haver problemas para esta análise dos fatos. E os problemas afetam ambos os componentes da explicação: de um lado, veremos que há problemas em sustentar que processos gramaticais que afetam a realização dos argumentos sejam sensíveis a noções de modalidade/temporalidade incorporadas ao significado lexical; de outro lado, veremos também que há problemas para sustentar que todos os processos com propriedades gramaticais da dativização envolvam uma Base

²¹ As duas primeiras seções desse capítulo foram, em parte, baseadas em Soares e Menuzzi (2010).

Possessiva.

A maior parte deste capítulo será dedicada ao primeiro problema, já que deriva de uma hipótese independente de forte apelo empírico e teórico. Trata-se da hipótese de Koenig & Davis (2001) segundo a qual informação modal de natureza sublexical (isto é, incorporada à estrutura de significado de um item lexical) *não* é pertinente para a realização sintática de argumentos. Como veremos, tal tipo de informação sublexical de modalidade incluiria os elementos de temporalidade dos verbos dativos que Green (1974), Oerhle (1976), Gropen *et al.* (1989) e Pinker (1989) utilizam para explicar as propriedades da alternância dativa do inglês – elementos que utilizamos, também, para explicar as diferenças entre a construção inglesa e a dativização em português. Isto é, a hipótese da insensibilidade à informação modal sublexical de Koenig & Davis (2001) entra em conflito direto com a linha de explicação que perseguimos no capítulo anterior. Entretanto, é uma hipótese que, como veremos, generaliza sobre várias classes de verbos. Com efeito, mostraremos, na primeira seção deste capítulo, que alguns operadores de modalidade sublexical de fato parecem não afetar as possibilidades de realização sintática de argumentos de verbos dativos. O operador de negação é um caso particularmente claro disso em verbos como *deny*, *spare* e *refuse* e seus correspondentes *negar* e *recusar* em português. Como conciliar a hipótese de Koenig & Davis (2001) com a linha de explicação que adotamos no capítulo anterior?

O problema específico que a hipótese de Koenig & Davis (2001) precisa enfrentar, com relação à alternância dativa do inglês, é o de expressar a restrição segundo a qual a dativização de um argumento depende da noção de *posse prospectiva* ou *futura* (cf. Green 1974; Oerhle 1976; Gropen *et al.* 1989; Pinker 1989). Enfatizamos que elementos temporais como a noção de futuro é o tipo de informação que se qualifica, semanticamente, como sendo de natureza modal.²² Como veremos na segunda seção, este e alguns outros problemas levam Koenig & Davis (2001) a recorrer a vários artifícios. Um

²² Em termos de semântica das condições de verdade, envolvem, como os demais elementos de modalidade, a avaliação de uma proposição em outros mundos, intervalos de tempo, que não os do falante do enunciado. Ver Koenig & Davis (2001) e Chierchia & McConnell-Ginnet (2000), cap.5, para discussão.

deles é o de limitar sua hipótese à realização dos argumentos diretamente associados ao verbo - isto é, os argumentos realizados pelas funções sintáticas de sujeito e objeto direto.

Por outro lado, como voltaremos a assinalar, o comportamento da dativização em português é exatamente como a hipótese de Koenig & Davis (2001) prediria: os elementos de modalidade/temporalidade parecem ser irrelevantes à dativização portuguesa. Uma solução parcial, então, seria a de admitir que, *em regra e como tendência*, processos de realização argumental são insensíveis a informação modal sublexical. Ocasionalmente, entretanto, algumas línguas podem usar, como uma propriedade marcada de sua gramática, algum elemento isolado deste tipo de informação. Afinal, é preciso explicar também por que, de tantos elementos modais passíveis de afetarem a dativização em inglês (negação, operadores de intenção e compromisso, de tempo passado, etc.), apenas o elemento de “*futuridade*” o faz.

Como mencionamos antes, há ainda um outro problema para a abordagem que sugerimos no capítulo anterior. O problema diz respeito à ideia de que o elemento unificador da semântica dos verbos dativos é o que chamamos acima de “Base Possessiva”: embora envolvam ou não causação, e envolvam ou não elementos de modalidade como futuridade, intenção, etc., todos teriam como base comum uma relação de posse entre tema e dativo. Entretanto, mostraremos, na terceira seção deste capítulo, que há argumentos que colocam em xeque esta assunção. Portanto, não apenas o componente modal da semântica dos verbos dativos requer novos estudos, mas também seu componente possessivo.

2.1. A Hipótese da Não-Sensibilidade à Modalidade Sublexical

De acordo com Koenig & Davis (2001), “a instrução semântica para o mapeamento [sintático dos argumentos verbais] depende de um conjunto

limitado de propriedades acarretadas lexicalmente"²³ pelos verbos para os participantes do evento denotado. Como, aparentemente, o elemento principal dos verbos que entram em processos de dativização é o que envolverem uma “relação de posse” entre tema e possuidor, Koenig & Davis são obrigados a postular que esta relação é *acarretada* por estes verbos. No entanto, como Green (1974) e Oerhle (1976), em parte, já haviam apontado, e como Wechsler (1995) enfatizou, há verbos que sofrem dativização que *não* acarretam a posse por parte dativo.

Por exemplo, verbos como *send* e *offer* participam da alternância dativa e, de fato, contêm em seu significado alguma ideia de posse. Mas não *acarretam* a recepção, muito menos a posse, do tema pelo possuidor prospectivo: em ambos os casos, é *intenção* do sujeito que o dativo venha a receber o tema; mas a posse propriamente dita pode no máximo ser implicada contextualmente - e, por isso, pode ser cancelada, como, por exemplo em (1):

- (1) a. John sent Paul a letter, but it didn't get to him.
'João enviou uma carta a Paulo, mas ela não chegou até ele.'
- b. John offered Peter coffee, but Peter was in a hurry...
João ofereceu café a Pedro, mas Pedro estava com pressa...

A observação crucial feita por Green (1974, p. 84-91) e Oerhle (1976, p. 100-105) a respeito de casos como os de (1) é a seguinte: verbos como *send* e *offer* possuem um componente de modalidade - o agente *tem a intenção ou desejo* de que o dativo venha a ter a posse do tema; precisamente este elemento de modalidade faz o significado destes verbos *não* acarretar a relação de posse que o sujeito do verbo tem por objetivo; isso, entretanto, não impede que tais verbos se comportem gramaticalmente como verbos dativos - isto é, como os verbos que *acarretam* a posse ao final do evento

²³ "The semantic grounding of linking depends on particular, lexically entailed, participant properties of arguments of predicates denoted by lexical items." (KOENIG & DAVIS, 2001, p. 75) A noção de acarretamento dada nesse trabalho, segundo os próprios autores seguindo uma advertência dada por um dos revisores, é vaga e necessitaria de uma maior precisão.

(como nos casos de transferência de posse, como *give*, *hand*, *provide*, etc.).

O mesmo parece acontecer com outros elementos do significado dos verbos que expressam conteúdos modais. Por exemplo, considere-se os verbos *owe* "dever" e *promise* "prometer". Em ambos, haveria um componente de modalidade deôntica pelo qual o agente está, de algum modo, *comprometido* com que o possuidor prospectivo venha a ter a posse do tema, como podemos ver, por exemplo, em (2):²⁴

- (2) a. I owe John 5 dollars.
'Eu devo 5 dólares ao John.'
b. I promised my fiancée a golden ring.
'Eu prometi um anel de ouro à minha noiva.'

A presença de um elemento de modalidade deôntica faz *owe* e *promise*, na verdade, *não* acarretarem a posse; ainda assim, estes verbos comportam-se gramaticalmente como verbos dativos.

Considere-se, ainda, os casos de *charge* "cobrar" e o de *deny* "negar/recusar", também discutidos por Green (1974, p. 91-92) e por Oerhle (1976, p. 93-98). O primeiro aparece, em seu sentido dativo, apenas na construção de duplo objeto; o segundo apresenta a alternância dativa. Deixando de lado os vários elementos de sentido que os distinguem, o que há de comum entre eles é o fato de que ambos os verbos expressam "causação de *não*-posse". Em (3a) abaixo, por exemplo, a intenção de John é que Mary lhe pague 5 dólares - isto é, sua intenção é fazer ela vir a *não* ter 5 dólares. Similarmente, em (3b), o juiz recusa a ação, pedido, etc., por meio do qual Mary tinha a intenção de obter uma compensação; portanto, o juiz também faz Maria, que busca a posse da compensação, vir a *não* tê-la.

- (3) a. John charged Mary 5 dollars to wash her car.

²⁴ A modalidade deôntica, em Koenig & Davis (2001, p. 87-90), é vista como em operador sobre as condições de verdade da proposição, no sentido de que, embora a proposição não seja verdadeira no mundo de referência presente do falante e de seu enunciado, ela deve ser verdadeira num mundo possível em que o sujeito cumpre suas obrigações. Para mais detalhes sobre a modalidade, ver Kratzer (1981, 1991), Von Stechow (2005) e Von Stechow (2006).

- 'John cobrou 5 dólares de Maria para lavar o carro dela.'
- b. The judge denied Mary any compensation.
- 'O juiz negou qualquer compensação à Maria.'

Evidentemente, o caráter negativo da causação, a chamada modalidade negativa, impede que verbos como *charge* e *deny* acarretem, como resultado dos eventos que denotam, a posse para seus respectivos argumentos dativos ou possuidores potenciais.²⁵ Mas, apesar de não acarretarem transferência de posse, *charge* e *deny* comportam-se como verbos dativos.

Em resumo, alguns dos verbos que aparecem nas construções dativas do inglês possuem, incorporados a seu significado, elementos de modalidade que modificam seu núcleo semântico – ou *núcleo situacional*, para usar os termos de Koenig & Davis (2001, p. 90–92) – de causação de posse.²⁶ Entre estes elementos de modalidade, encontramos noções intensionais relacionadas a intenções e desejos do agente da causação, noções deônticas relacionadas a compromissos deste mesmo agente, e ainda encontramos a modalidade negativa. A presença de tais noções faz o significado de tais verbos *não* acarretar a posse do tema para o possuidor potencial. Ainda assim, tais verbos comportam-se, gramaticalmente, como os verbos dativos – isto é, aqueles que, em geral, acarretam causação de posse. Assim, concluem Koenig & Davis (2001, p. 87–90), os elementos de modalidade mencionados, aparentemente, não afetariam as propriedades relativas à manifestação sintática dos argumentos desses verbos. O que importa, para tais propriedades, seria, simplesmente, o núcleo semântico de causação de posse comum a todos estes verbos.

De fato, Koenig & Davis (2001, p. 87–90) generalizam sua hipótese de

²⁵ Para Koenig & Davis (2001), a negação também envolve “computação modal”, isto é, a verdade da proposição depende de acesso a um conjunto de mundos possíveis: tecnicamente, para uma proposição negativa ser verdadeira num certo conjunto de mundos possíveis, é necessário que num conjunto complementar de mundos possíveis complementares ela seja falsa. A análise adotada por Koenig & Davis para a negação é baseada num modelo dinâmico de semântica, a Discourse Representational Theory. Para mais detalhes, ver Van der Auwera (2001).

²⁶ Segundo Koenig & Davis (2001, p. 88), o *núcleo situacional* difere dos demais componentes de significado de um verbo por definir as relações entre os participantes de um dado evento – isto é, por definir seus papéis temáticos – , enquanto os elementos de modalidade sublexical indicam algum de subconjunto de circunstâncias – de intervalos de tempo, de mundos possíveis e índices semelhantes – em que aquelas relações devem ser avaliadas.

que o mapeamento sintático dos argumentos verbais seria insensível a elementos de modalidade incorporados ao significado lexical dos verbos: observam que o mesmo fenômeno é encontrado em verbos de outros campos semânticos. Estes, como os verbos dativos, compartilham um certo núcleo de significado e o mesmo modo de realização dos argumentos - portanto, formam uma classe semântico-sintática. No entanto, podem diferir semanticamente entre si exatamente por elementos relacionados a intenções, desejos e compromissos de um dos argumentos, ou à polaridade da relação básica expressa pela classe. Isso é ilustrado em (4a), para verbos que expressam relação de posse; em (4b), para percepção; em (4c), para execução de ação; e em (4d), para indução de ação:

- (4) a. Bill had/received/lost/lacked/needed many books.
'Bill tem/recebeu/perdeu/carecia (de)/ necessitava (de) muitos livros'
- b. Sue perceived/ noticed/ overlooked/ missed him.
'Sue o percebeu/reparou/negligenciou/esqueceu (dele).'
- c. Bill managed/ tried/ failed/ neglected to read the books.
'Bill dirigiu(-se)/tentou/falhou (em)/ negou(-se a) ler os livros'
- d. Sue forced/ urged/ defied/ forbade/ Bill to go.
'Sue forçou/ obrigou/ desafiou/proibiu Bill a(de) ir.'
- (KOENIG & DAVIS, 2001, p. 77)

Consideremos, por exemplo, os verbos em (4a), que envolvem relações de posse (diferindo dos chamados verbos de causação de posse pela ausência de um componente de causação). Segundo Koenig & Davis (2001, p. 77-79) *Have* "ter" seria um verbo estativo que expressa, simplesmente, a existência de uma relação de posse: o possuidor seria expresso pelo sujeito, e o tema, ou coisa possuída, pelo objeto direto. *Receive* "receber", por outro lado, denotaria um evento em que o sujeito *se torna* um possuidor; isto é, pressupõe que, antes do evento, não haveria relação de posse entre o sujeito

e o objeto direto, e, com o evento, passaria a possuí-lo. *Lose* "perder" expressaria precisamente a relação temporal inversa. *Lack* "carecer (de)" expressaria o inverso de *have*: seria um estado em que o sujeito seria um *não*-possuidor do tema. Finalmente, *need* "necessitar (de)" é um verbo em que o sujeito *necessitaria* ou *desejaria* ser o possuidor.

Ou seja, embora os verbos em (18a) difiram com relação à temporalidade, à polaridade e a outros elementos de modalidade (como necessidade ou desejo de um dos participantes), comportam-se todos como verbos de uma classe única - verbos que possuiriam um núcleo básico de relação de posse e que expressariam o possuidor (real, potencial, etc.) por meio da função de sujeito, e o possuído (real, potencial, etc.) por meio da função de objeto direto. Observações similares se estendem às demais classes em (4) (ver Koenig & Davis 2001 para discussão detalhada), como sintetizado no quadro abaixo (KOENIG & DAVIS, 2001, "Table I", p. 83):

Figura I:

A classification of verbs by their sublexical modality

<i>semantic field</i>	<i>neutral</i>	<i>negative modal</i>	<i>irrealis modal</i>		<i>inchoative modal</i>	<i>inchoative-negative modal</i>
			<i>deontic modal</i>	<i>energetic modal</i>		
<i>possession</i>	have	lack	need		receive	lose
<i>perception</i>	perceive	miss	overlook*		notice	
<i>causing possession</i>	give	deny	promise, owe, charge*	send, offer		
<i>carrying out an action</i>	manage	fail	neglect*	try		
<i>causing an other to act**</i>	force, persuade	forbid	require	urge, defy		

* The meanings of these verbs involve more than one kind of modal modification.

** The sense of these verbs under consideration here is the one associated with the *to* VP complementation structure.

Koenig & Davis (2001) pretendem capturar essas generalizações semânticas dentro de uma teoria da realização sintática dos argumentos baseada na ideia de acarretamentos lexicais (cf. Dowty, 1991).²⁷ Para isso,

²⁷ Há várias diferenças de detalhe entre a proposta de Koenig & Davis (2001) e a de Dowty (1991), mas uma é

precisam articular sua concepção do significado lexical dos verbos, especialmente, com quais acarretamentos devem ser levados em conta na realização sintática dos argumentos. Vejamos os elementos mais importantes dessa concepção.

Para Koenig & Davis (2001, p. 90), verbos neutros seriam os que não contêm qualquer elemento modal, isto é, verbos cujo significado lexical simplesmente descreveria o tipo de situação – ou seja, uma proposição que corresponde a uma relação de posse, ou a um evento de percepção, ou a um evento de causação de posse, etc. Assim, os acarretamentos lexicais responsáveis pela realização dos argumentos destes verbos corresponderiam àqueles acarretamentos que o tipo de situação expressa pelo verbo determina para cada argumento. Por exemplo, para um verbo que expressa, lexicalmente, uma relação de posse, seu tipo situacional acarretaria que um de seus argumentos seja o possuidor e o outro, o possuído; logo, estes acarretamentos são suficientes para determinar (e, segundo Koenig & Davis 2001, de fato determinam) a realização sintática dos argumentos correspondentes. Com efeito, com verbos como *have*, *possess* e *own*, o possuidor é sempre o sujeito, e o possuído, o objeto.

Já os verbos de modalidade sublexical, de acordo com Koenig & Davis (2001, p. 90), seriam aqueles cujo significado lexical conteria uma proposição modificada por operadores modais. Nesse caso, portanto, não seria o significado verbal como um todo que corresponderia a um tipo situacional; antes o tipo situacional corresponderia ao núcleo extensional da proposição – já o significado do verbo como um todo seria este núcleo, *somado* aos operadores modais que o modificam. Por isso, no caso de um verbo de modalidade sublexical, os acarretamentos lexicais do significado verbal como um todo *não* corresponderiam aos acarretamentos do que Koenig & Davis (2001, p. 83) chamam de seu “núcleo situacional”. Por exemplo, suponha que

fundamental: para Koenig & Davis (2001, P. 22), *somente um* dos acarretamentos lexicais do verbo é suficiente para determinar o modo de realização sintática do argumento correspondente. Na teoria de Dowty (1991), por outro lado, há um elemento intermediário no mapeamento entre acarretamentos lexicais e a realização sintática dos argumentos: é a noção de *proto-roles*, ou protopapéis, e estes são identificados por comparação numérica de *conjuntos de acarretamentos lexicais*. Esta diferença tem várias conseqüências, que não serão importantes aqui. Por isso, indicamos Koenig & Davis (2001) para discussão delas.

o significado lexical de *lack* "carecer (de)" seja algo como $\neg[\text{TER}(x,y)]$ (isto é, "não é verdade que x tem/possui y"). Embora o núcleo situacional de *lack* - isto é, $[\text{TER}(x,y)]$ - expresse uma relação de posse, seu significado lexical como um todo *nega* esta relação. Por isso, com relação aos acarretamentos do núcleo situacional de *lack*, poder-se-ia dizer que há um possuidor e um possuído; mas não em relação aos acarretamentos do significado lexical de *lack* como um todo.

Portanto, em uma teoria da realização argumental baseada em acarretamentos lexicais, o que seria preciso, para verbos com modalidade sublexical, seria encontrar um modo natural de separar os acarretamentos do núcleo situacional do verbo dos acarretamentos de seu significado lexical completo. A observação de Koenig & Davis (2001, p. 90) é a de que, em uma semântica de condições de verdade, efeitos de modalidade seriam expressos por meio da relativização da verdade de uma proposição a mundos possíveis. Por exemplo, consideremos a oposição entre os verbos *give* "dar" e *promise* "prometer" - que nos interessa particularmente por serem ambos verbos que participam da alternância dativa.

A semântica de *promise*, segundo Koenig & Davis (2001, p. 82), seria semelhante à do verbo *give* quanto ao núcleo situacional: em ambos os verbos, o núcleo corresponderia a um evento de causação de posse. No entanto, no caso de *give*, que seria um verbo neutro, o núcleo situacional corresponde ao evento denotado por *give*: portanto, a proposição descrita por este núcleo situacional é verdadeira exatamente no mesmo mundo em que se dá o evento de dar. Já no caso de *promise*, o núcleo situacional de causação de posse *não* corresponde, inteiramente, ao evento denotado por *promise*. Por isso, a proposição descrita por este núcleo não é verdadeira no mesmo mundo em que se dá o evento de prometer, mas em um mundo possível futuro, em que o sujeito cumpre sua promessa. E, o mais importante, a relação de posse existe apenas nesse mundo possível futuro: logo, só neste mundo pode-se falar que um dos argumentos de *promise* é um possuidor, e o outro, um possuído.

A situação acima, argumentam Koenig & Davis (2001) detalhadamente,

é geral e se aplica aos diferentes tipos de verbos com modalidade sublexical que discutem em seu artigo. Por isso, os autores propõem que, no caso desses verbos, os acarretamentos lexicais responsáveis pela realização sintática dos argumentos devem ser calculados em um subconjunto específico dos mundos possíveis em que a proposição modalizada é avaliada - o subconjunto de mundos possíveis em que ela é verdadeira.

2.2. Temporalidade da Relação de Posse nos Verbos Dativos e Outros Problemas para a Hipótese da Não-Sensibilidade à Modalidade Sublexical

Embora a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical pareça robusta, inclusive em sua aplicação a certos verbos dativos, há problemas para implementá-la com estes mesmos verbos - especialmente, os de causação de posse e de causação de perda de posse. Os próprios Koenig & Davis (2001, p. 100-102) retomam a observação feita por Oehrle (1976) de que a seleção das preposições dos verbos *give* e *take* dependeria da polaridade do resultado final do evento:

- (5) a. Helen gave a book to Bill.
'Helen deu um livro para Bill'
b. Helen took a book from Bill.
'Helen tomou um livro de Bill'

(KOENIG & DAVIS, 2001, p. 100)

No caso de *give*, o resultado final é a posse do livro por Bill, e a preposição escolhida deve, desse modo, ser *to*; entretanto, no caso de *take*, o resultado final do evento é a perda da posse do livro por Bill, e a preposição deve, assim, ser *from*. Para dar conta deste e dos demais efeitos de modalidade com esses verbos - afinal, todos eles envolvem relações temporais entre relações de posse/não-posse -, Koenig & Davis (2001, p.

100-102) propõem uma versão particular do que chamam de "análise das preposições semanticamente potentes". Defendida, segundo Koenig e Davis (2001), em diferentes versões por Jackendoff (1983) e Wechsler (1995), essa análise sustenta que preposições não seriam apenas marcadores casuais, mas dariam uma contribuição própria para a semântica da proposição. Portanto, a ideia é admitir que efeitos de modalidade podem atingir a realização dos argumentos se estiverem relacionados à semântica das preposições. Com isso, a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical pode ser mantida, limitando-se, no entanto, à realização dos argumentos estritamente *verbais*.

A fim de implementar esta ideia, Koenig & Davis (2001, p. 103) postulam que *give* e *take* em (5) são verbos de causação de posse em sua versão *monotransitiva*, ou seja, na versão em que os argumentos que dependem diretamente da semântica verbal seriam somente os seus argumentos diretos - sujeito e objeto direto. Além desses argumentos, os verbos selecionariam, também como argumentos, as expressões cujos núcleos semânticos seriam as preposições *to* e *from*, respectivamente. Essas preposições, por sua vez, contribuiriam com valores semânticos próprios para a estrutura de eventos denotada por *give* e *take*: *to* expressaria o conteúdo de que o resultado final do evento de causação é uma relação de "ter"; e *from*, o de que o resultado final é uma relação de "ter" com polaridade negativa (isto é, de "não-ter"). Portanto, as estruturas preposicionadas, admitem Koenig & Davis (2001, p. 103-104), de fato realizam de modo diferente seus argumentos; e essa diferença está associada à informação modal sublexical veiculada pelas preposições - mas, crucialmente, não há informação modal relacionada com a estrutura de eventos *do verbo*. Esta análise permite manter a hipótese de transparência modal no que diz respeito aos argumentos diretamente relacionados aos verbos - isto é, o sujeito e o objeto direto verbais.

Na verdade, como Koenig & Davis (2001, p. 105) mostram, a situação fica ainda mais complicada quando se consideram as construções com "verbos de privação" (tais como *rob of*, *strip of*, bem como os da classe dos "verbos de remoção" de Foley & Van Valin, 1984). A característica desses

verbos é a de que realizam o tema - isto é, o argumento cuja (não-) posse é causada - como um elemento regido pela preposição *of*:

(6) Jean deprived him of a lift ticket.

'Jean privou-o de uma passagem'

(KOENIG & DAVIS, 2001, p. 105)

Koenig & Davis (2001, p. 105) assumem que, apesar da diferença de realização sintática, também os verbos de privação possuem em seu núcleo situacional uma relação de posse - obviamente, com polaridade negativa, assim como os demais verbos de causação de perda de posse. Isso exige mais uma qualificação em sua análise: elementos de modalidade sublexical podem não apenas estar associados à escolha de preposições que regem argumentos, como podem, ainda, ser idiossincriticamente associados a estas preposições. Assim, não apenas *from* poderia expressar não-posse, mas também *of*; e verbos como *take* e *deprive* precisam especificar lexicalmente qual a preposição que selecionam.

A nosso ver, os problemas colocados por verbos dativos à hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical são reais - isto é, de fato verbos dativos indicam que elementos modais afetam, de algum modo, a realização dos argumentos; mas as soluções propostas por Koenig & Davis (2001) não nos parecem adequadas.

Uma razão imediata para isso é o tratamento que dão para a semântica das preposições - que, embora apenas esboçado em Koenig & Davis (2001), o é de modo suficiente para vermos que não se trata de uma abordagem promissora. É mais ou menos consensual que o conteúdo semântico básico de preposições como *to* e *from* é *espacial* - ou seja, denotam, primitivamente, relações locativo-direcionais, e sua extensão para outros campos semânticos envolve, provavelmente, algum tipo de processo de generalização de sentido, como a metáfora. (Ver, por exemplo, Jackendoff 1983 para uma exploração em profundidade do caráter locativo-direcional das preposições *to* e *from*.) Entretanto, a semântica proposta por Koenig & Davis (2001) para *to* e *from* nada tem a ver com o sentido locativo-direcional destas preposições.

Além disso, contrariamente a *to* e a *from*, *of* é preposição que é produtivamente usada como expressão de caso genitivo, sendo fortemente associada a relações denominais como posse e parte-todo; isso indica que *of* possui um sentido básico mais próximo do campo possessional que *to* e *from*. Parece-nos perigoso tirar conclusões de uma análise semântica para as preposições tão frágil quanto a de Koenig & Davis (2001): ela não explora as distinções semânticas que mencionamos; e também não faz qualquer menção mais específica a diferenças gramaticais sistemáticas das duas construções. Por exemplo, com os verbos dativos com as preposições *to* e *from*, o (não-)possuído é sempre o tema e objeto direto da construção preposicionada; e o (não-)possuidor é sempre o objeto de referência – isto é, a meta ou a origem –, sendo regido pela preposição correspondente.²⁸ Com os verbos de privação que selecionam a preposição *of*, invertem-se as correspondências entre papel temático e função gramatical:²⁹ o não-possuidor apresenta-se como o objeto direto; e o tema é o argumento regido pela preposição. Isso parece indicar de modo claro que a diferença entre verbos de causação de perda de posse (com *from*) e verbos de privação de posse (com *of*) não se reduz à seleção idiossincrática de uma ou outra preposição.

Associado ao problema de um tratamento mais realista da semântica das preposições, há o problema de que a abordagem de Koenig & Davis (2001) acaba por sacrificar muito da ideia de que diferentes construções sintáticas realizam diferentes estruturas semântico-predicativas. Limitando-

²⁸ Aqui utilizamos os papéis temáticos, provenientes da Hipótese Localista, que explicitaremos a seguir. Para a presente exposição, segundo Jackendoff (1972, p. 29-31), tema é o elemento localizado ou em deslocamento; meta e origem são os objetos de referência dessa localização ou desse deslocamento, sendo o primeiro o ponto de chegada e o segundo o ponto de partida. Todos eles são tomados em sentido abstrato, tendo em vista que se trata, na verdade, de relações de posse.

²⁹ Segundo Soares & Menuzzi (no prelo), "desde o fim da década de 1960, a noção de papel temático vem sendo largamente adotada como uma forma de representação do significado lexical que é útil na explicação da 'interface' entre sintaxe e semântica. Mais especificamente, papéis temáticos como agente, paciente, etc. são considerados instrumentos úteis para descrever e explicar a 'realização dos argumentos', isto é, o tipo de categoria sintática (sintagma nominal, sintagma preposicional, etc.) e a função gramatical (sujeito, objeto direto, etc.) que os termos dependentes do verbo adquirem em função da semântica verbal. Os papéis temáticos, segundo os autores que os empregam, seriam as 'porções' dos significados dos verbos relevantes para a sintaxe. Eles representariam, de um lado, o modo como conceitualizamos o tipo de situação ou acontecimento do mundo expresso pelo verbo, codificando o modo como uma entidade – o argumento verbal – participa dessa situação ou evento; por outro lado, esses papéis seriam a informação que indicaria para a gramática da língua quais mecanismos gramaticais – como posição na frase, concordância, preposições, etc. – utilizar na expressão de um determinado argumento."

nos aos verbos que poderiam, genericamente, ser identificados como de causação de relação negativa de posse, vemos que realizam distintos padrões sintáticos, com propriedades gramaticais distintas:

- (7) a. John denied Mary a book.
 b. Arizona denies residence permit to/*from Mexicans.
 c. *Arizona denies Mexicans of residence permit
- (8) a. *John took Mary a book.
 b. John took a book *to/from Mary.
 c. *John took Mary of a book.
- (9) a. *John deprived Mary a book.
 b. *John deprived a book to/from Mary.
 c. John deprived Mary of a book.

Em (7a), temos uma construção com duplo objeto com *deny*, verbo que também permite uma construção preposicionada, mas cuja preposição utilizada é *to* e não pode ser *from* ou *of*, como vemos, por exemplo, em (7b,c). Em (8b), temos uma construção preposicionada com *from* que não possui correspondente seja com *to*, seja com *of*, como em (8c), seja com a construção de duplo objeto, como em (8a). E o mesmo é verdade, *mutatis mutandis*, para a construção preposicionada em (9c), que não permite as demais possibilidades de realização sintática, como em (9a,b). No entanto, ao longo de Koenig & Davis (2001), propõem-se núcleos situacionais idênticos para os três verbos, cujas entradas difeririam apenas em detalhes de natureza idiossincrática. A nosso ver, a classe de verbos de causação de relação negativa de posse é "too coarse-grained" para fazer justiça ao comportamento de verbos como *deny*, *take* e *deprive* - especialmente porque todos aparentam pertencer a (sub)classes de comportamento relativamente uniforme.

Há ainda uma razão final para reanalisarmos a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical tal como Koenig & Davis (2001) a utilizam em sua análise dos verbos dativos: como já mencionamos, há uma incompatibilidade entre a análise clássica da alternância dativa em inglês, tal

como exposta no capítulo um deste trabalho, e a hipótese ora discutida. Como expusemos acima, de acordo com Green (1974), Oerhle (1976), Gropen et al. (1989) e Pinker (1989), entre outros, só podem ser dativizados elementos que, antes do evento denotado pela sentença, não possuem o objeto direto e que, com o evento, passam a possuí-lo - isto é, só são dativizáveis os que podem estabelecer uma relação que seja concebível como de posse futura. Vimos que esta generalização explica algumas das restrições da alternância dativa em inglês: por que os verbos de "perda de posse", como *take (from)*, *remove*, *extract*, *seize*, *catch (from)*, bem como *steal*, *rob*, *deprive*, *get out (of)* - independentemente da preposição que selecionam - não apresentam a construção com objeto duplo; e por que os malefactivos e alguns benefactivos (aqueles cujo dativo já possui o tema no momento do evento, ou seja, posse atual) não permitem a alternância.

Por outro lado, é preciso reconhecer que há forte apelo empírico na hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical na realização sintática dos argumentos. Em primeiro lugar, é uma generalização que se aplica a várias classes verbais (como sintetizado na figura 1 acima). Além disso, no caso específico dos verbos dativos, cabe novamente reiterar o argumento geral de Koenig & Davis (2001) no que diz respeito à dativização do inglês: não é um processo que possa ser caracterizado envolvendo necessariamente o acarretamento da posse ao final do evento. Afinal, há verbos alternantes *cuja intenção e/ou cuja obrigação* do agente é causar posse (futura), como, por exemplo, *offer* e *promise*, respectivamente; e também há verbos alternantes de causação de relação negativa de posse (como *deny*). Desse modo, parece que a realização sintática dos argumentos de verbos dativos em inglês, de fato, é imune a elementos modais envolvendo intenção/obrigação e negação. A questão é: por que, sendo imune a tais elementos modais, ela é sensível a elementos de temporalidade - isto é, por que leva em conta se a posse é futura ou não?

Para a dativização no português, no entanto, a hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical serve como uma luva: como sustentamos no capítulo anterior, a possibilidade de dativizar um argumento

em português não parece ser sensível a nenhum tipo de informação de natureza modal, especialmente a informação temporal. Assim, como mostramos no capítulo um, é possível dativizar argumentos que tenham tanto a semântica de posse futura, quanto a de posse passada, bem como a de posse atual. Isso está perfeitamente de acordo com as predições da hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical. Quem coloca o problema é, portanto, a alternância dativa do inglês - mais especificamente, o elemento de futuridade que parece condicioná-la - e a seleção de preposições.

Quanto a este último problema, assumiremos que requer uma análise mais realista da conteúdo espacial das preposições, análise que não poderemos fazer aqui. Quanto ao problema colocado pela "restrição do possuidor prospectivo", deve-se notar o seguinte: é apenas "futuridade" - de toda uma gama possível de operadores de modalidade e temporalidade - que interfere na construção dativa do inglês. Uma das soluções possíveis para este problema, então, frente a evidência dos verbos do inglês, que somente dativizam os argumentos de posse futura, é sustentar que: a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical é a regra geral, o caso "não-marcado", dos processos que afetam a realização sintática dos argumentos; determinadas línguas podem, entretanto, incorporar no "núcleo situacional" de determinados verbos, como uma opção "marcada", alguns poucos elementos particulares de modalidade. Isto acontece em inglês, em que a informação de "futuridade" é incorporada ao núcleo situacional dos verbos dativos; o português, por outro lado, segue o caso geral e não incorpora modalidade ao núcleo situacional dos verbos. Se esta for a solução, claro está que ela implica enfraquecer a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical: passa-se a admitir que alguns poucos elementos modais podem ser incorporados ao significado lexical como uma propriedade específica de certas línguas - como em inglês.

2.3. Há, de Fato, uma Base Possessiva nas Construções Dativas?

Como dissemos, além do problema com o componente modal, há problemas com um outro pressuposto da análise das construções dativas do inglês e do português que apresentamos na capítulo anterior – o de que o elemento comum que unifica, sob um mesmo conjunto de processos gramaticais, os verbos dativos é o fato de seu núcleo situacional envolver uma relação de posse entre tema e o dativo. Antes de apontarmos algumas razões para colocar em dúvida essa análise, é importante mencionar que ela é compartilhada por praticamente todos os autores que discutimos até aqui – e isso inclui Koenig & Davis (2001). Como dizem estes autores:

“O padrão de associação ditransitivo (...) [isto é, da construção de objeto duplo em inglês] é comumente associado a uma semântica particular – aproximadamente, a de causação de posse.³⁰ (...) [Esta semântica] acarreta que um dos participantes é o iniciador causal do evento; este participante é realizado como o sujeito. E acarreta que um outro participante é o recipiente de alguma coisa; este participante é realizado como o primeiro objeto. [Finalmente, a mesma semântica] acarreta que um terceiro participante entra numa relação de posse com o segundo participante; este terceiro participante é realizado como o segundo objeto.”³¹

Koenig & Davis (2001) seguem esta mesma concepção geral, ainda que procurem implementá-la em uma teoria diferente da associação entre semântica e sintaxe dos argumentos – como mencionamos antes, os autores trabalham com a teoria dos acarretamentos lexicais, à moda de Dowty (1991). De qualquer maneira, basta, para nossos fins aqui, assinalar que esta posição – de que os verbos dativos possuem uma base possessiva em comum – é praticamente consensual. E, no entanto, há razões para questioná-la.

Ao mantermos a base possessiva para os verbos dativos, com relação

³⁰ Os autores remetem o leitor às seguintes referências: Oerle (1976), Pinker (1989), Levin (1993), Goldberg (1995), entre outros.

³¹ No texto, fazemos uma adaptação do seguinte trecho: “The ditransitive linking pattern (...) is associated with a particular semantics – roughly causing to possess (...) One participant is entailed to causally initiate the action; it is realized as subject. Another participant is entailed to receive something; it is realized as the first object. The third is entailed to come into a possession of the second; it is realized as the second object.” (KOENIG & DAVIS, 2001, p. 80)

aos verbos genericamente descritos em Koenig & Davis (2001) como verbos de causação de perda de posse, coloca-se um problema se queremos sustentar que há propriedades da semântica que governam a realização sintática de argumentos. Assim, analisemos o caso dos verbos que se enquadram nessa caracterização: como já vimos e aqui reiteramos, o português compartilha certos padrões sintáticos com o inglês, como, por exemplo, três dos padrões desses verbos, com a particularidade de que com dois para dois deles há também a forma com o pronome clítico dativo. Assim, existe como vemos em (10) abaixo, uma primeira subclasse, da qual faz parte *negar*, que possibilita a expressão do tema como objeto direto e do não-possuidor como sintagma preposicionado regido por *a* ou como pronome clítico dativo; como vemos em (11), uma segunda classe que, da mesma forma, expressa o tema como objeto direto e o não-possuidor como pronome clítico dativo ou, diferentemente da primeira subclasse, como sintagma preposicionado regido por *de*; e, como vemos em (12), uma terceira classe que expressa o não-possuidor como objeto direto e o tema como sintagma preposicionado regido por *de*:

- (10) a. O chefe negou um aumento ao João/ *do João.
 b. O chefe do departamento negou-lhe um aumento.
 c. *O chefe do departamento negou o João de um aumento.
- (11) a. João tomou da Maria/*para a Maria o livro.
 b. João tomou-lhe o livro.
 c. \$João tomou a Maria do livro.³²
- (12) a. João privou a companhia da sua filha \$da Maria/\$para a Maria.
 b. *João privou-lhe a companhia da sua filha..
 c. João privou a Maria da companhia da sua filha..

Como podemos observar, cada uma das subclasses de verbos, apesar de compartilharem aparentemente um mesmo significado, que seria de causação de não-posse, têm seus padrões de complementação particulares e

³² \$ indica que, apesar de a oração ser gramatical, sofre alteração do sentido relevante para a explicação.

não podem ser utilizadas nas mesmas construções sintáticas que as demais (com exceção da forma com o pronome clítico dativo, que, reiteramos, é compartilhada por dois verbos). Se acreditamos que uma mesma caracterização semântica está em correspondência com um padrão sintático particular, esses três verbos nos colocam problemas: como é possível que haja quatro padrões sintáticos para uma mesma estrutura semântica básica (de causação de não-possesão)? como é possível que três verbos com o mesmo significado básico não compartilhem as mesmas quatro possibilidades de complementação? Mais: se assumimos a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical, o que permite que a dativização em português se aplique a dois desses verbos (*negar* e *tomar*), enquanto a alternância dativa somente se aplica a um (*deny*)? Ou seja, o que não permite a alternância dativa em *take (from)*? Observe-se que esses mesmos significados não são, de todo, resultantes da não interferência de componentes modais na caracterização semântica desses verbos, mas, antes, provém do fato de se acreditar que esses verbos significam inerentemente causação de não-possesão, ou seja, possuem os mesmo acarretamentos em seu núcleo situacional. Talvez o problema seja, antes, o de que não podem todos ter a mesma “base possessiva” ou deveriam compartilhar pelo menos alguns padrões de realização argumental. Poderia-se argumentar, na verdade, que isso indica que alguns destes verbos envolvem “relações de posse” (os que mostram propriedades de verbos dativos), enquanto outros não.

No entanto, existem, ainda, outros argumentos para desconfiarmos da ideia de que os verbos dativos possuem uma “base possessiva”. Um destes argumentos vem da observação de Oerhle (1976, p. 19) de que a noção de “posse” necessária para generalizar sobre todos os casos é difícil de precisar e pode ser praticamente impossível de definir (ver nota 14). Ele aponta, por exemplo, o fato de que a frase em (13) possui pelo menos três leituras, sendo que somente uma delas é de posse propriamente dita:

(13) Nixon gave Mailer a book.

'Nixon deu a Mailer um livro.'

(OERHLE, 1976, p. 19)

As três leituras possíveis de (13) são as seguintes: (a) Nixon de fato fez com que o livro entrasse para as posses de Mailer - o livro tornou-se uma propriedade de Mailer; (b) Nixon simplesmente deixou o livro (temporariamente) nas mãos de Mailer, e questões de propriedade/posse propriamente dita são irrelevantes; e, por fim, (c) Mailer escreveu um livro graças ao que Nixon fez ou disse.³³ Somente para a primeira leitura é possível dizer que Mailer tem a posse de um objeto, no sentido que normalmente atribuímos a ideia de que algo que é parte das posses/propriedades de um indivíduo. Na segunda leitura, o que há é uma relação de *custódia* entre Mailer e o livro, para usar o termo de Oerhle: de fato, como ele observa, não há qualquer mudança nas relações de propriedade - se o livro pertence a Nixon, Nixon pode deixá-lo com Mailer sem que o livro seja uma posse de Mailer. Para a terceira leitura, é também difícil aceitar que Mailer possui um livro, já que a leitura se refere à causação de uma ideia.

Estes problemas na delimitação da noção de posse relevante levam Oerhle (1976), na tentativa de unificar as leituras, a postular que a relação que se estabelece entre o primeiro e o segundo objetos em frases como (13) é simplesmente uma relação abstrata $C(x,y)$, que, por hipótese, engloba todas as noções de posse relevantes para a alternância dativa. Que a noção tem de ser realmente abstrata fica claro quando analisamos outro exemplo que não envolve nosso conceito cotidiano de *posse*, mas, antes, um conceito que significa, aproximadamente, “dispor para fins de uso”, como em (14) e em (15).

(14) I gave John my telephone number.

'Eu dei ao João meu telefone.'

(15) I gave John the paper he wanted: I left it in his mailbox.

'Eu dei ao João o artigo que ele queria: eu o deixei na sua caixa de correio.'

(OERHLE, 1976, p. 22)

³³ Para a terceira leitura, podemos usar, em português, o verbo *render*, como em "A entrevista com Paul rendeu a Zeca uma reportagem especial."

Nesses exemplos, que Oerhle (1976) agrupa juntamente com a segunda leitura do exemplo (13), vemos que, novamente, não há qualquer alteração nas relações de propriedade entre os participantes das situações descritas. Em (14), João não “possui” o meu número de telefone, no sentido convencional de possuir; apenas o sabe e pode fazer uso dele (em português, pelo processo metonímico que há na frase, a impossibilidade da leitura da alteração de propriedade fica ainda mais evidente). Em (15), o artigo não passou a ser possuído por João: ele apenas está em um lugar onde João pode pegá-lo e, assim, fazer uso dele.

É importante observar que, embora todos os exemplos acima discutidos colocam problemas para a delimitação da hipotética noção de posse envolvida nos diferentes verbos dativos, nenhum dos exemplos afeta o critério operacional que adotamos para identificar a presença de uma relação de posse: todos os exemplos até aqui discutidos podem ter seu resultado final parafraseado por uma sentença que expressa uma relação de posse – isto é, por uma sentença da forma “Now, X has Y” ou “Now, X doesn’t have Y” em inglês, ou suas correspondentes em português. (Quanto a este critério operacional, ver a nota 14 acima.) Por exemplo, uma vez tendo acontecido o evento que (14) descreve, o falante poderia dizer que *Now, John has my phone number* ('Agora, João tem meu número de telefone'). No caso de (15), poder-se-ia dizer que *Mailer has now a book in his mind* ('Mailer tem agora um livro na cabeça'), se Mailer ainda não o tivesse escrito; e, se ele já o tivesse escrito, poder-se-ia dizer *Now, Mailer has a book inspired in/based on Nixon’s deeds* ('Mailer tem um livro inspirado/baseado nas ações do Nixon'). Este fato – de que podemos aplicar sistematicamente um item lexical como *have/ter* a certas circunstâncias – parece indicar que há algo de comum no modo como concebemos estas circunstâncias, e este algo de comum é que permite o uso do mesmo item lexical.

Por outro lado, o fato de que é difícil conceituar esse “algo de comum” nos faz desconfiar de que ele seja algum elemento conceitual completamente coerente e definível em termos de condições suficientes e necessárias de aplicação. De fato, é preciso levar em conta também que tanto *have* em

inglês quanto *ter* em português são também utilizados como verbos auxiliares de tempos compostos; e *ter*, em português brasileiro, é ainda usado como o verbo suporte de afirmações de existência. Isso sugere que *have* e *ter* são verbos vazios, ou quase vazios, de significação própria ou inerente, e que sua leitura de posse é mais “inferida” do que acarretada por seu significado. De fato, como outras implicaturas, as relações específicas de posse que atribuímos a pares de entidades parecem ter a ver com nossas expectativas acerca destas entidades, de modo que podem ser canceladas. Por exemplo, quando um falante diz que *João tem uma casa...*, logo inferimos que se trata de uma “propriedade” de João; mas o falante poderia cancelar esta inferência continuando seu enunciado com *Mas ainda não é propriedade dele; é a casa que ele vai herdar quando...* ou *Mas ela está apenas na cabeça dele*. Outro exemplo que demonstra que o verbo *ter* pode ser vazio é o caso de *O João tem dor nas costas*. Nesse exemplo, só sabemos que João tem uma interpretação de experienciador na composição do verbo com o objeto direto, o que indica que o significado de *ter* é uma relação vazia qualquer entre duas entidades e o restante da interpretação do predicado é inferencial a partir das nossas expectativas sobre as entidades.

Além disso, há outra razão para suspeitar que verbos como *have* ou *ter* não codificam, como parte de seu significado próprio, a noção mais comum de “posse”: embora possamos descrever o resultado final de (14) com algo como *Now, John has my telephone number*, seria um pouco estranho utilizar os verbos *possess/possuir* para dizer o mesmo – *Now, John possesses my telephone number* ('Agora, João possui meu (número de) telefone') é menos natural, como observa Oerhle (1976) (Talvez, a frase portuguesa não seja tão estranha quanto o autor indica que a frase inglesa é, apesar de que o processo metonímico, novamente, deixa mais clara a estranheza). De fato, Oerhle (1976, p. 31), em parte argumentando contra o critério operacional que utilizamos aqui, sustenta que não há um verbo (no inglês) capaz de expressar o conceito de posse envolvido na caracterização da alternância dativa.

Outro exemplo que já foi citado nesse trabalho e que agora retomamos

para reiterar o fato de que não se trata propriamente de causação de posse é o caso de *give* como *light verb*, que Oerhle (1976, p. 45-48) agrupa juntamente com a terceira leitura do exemplo (13). No capítulo um, já havíamos mencionado que esse caso não se trata propriamente de causação de posse. Em exemplos como (16), o verbo *give* expressaria apenas a ideia de causação: o evento causado seria expresso pelo tema ("dar um chute" é "chutar"), o sujeito seria o agente do evento causado, e o dativo seria o paciente. Nem o sujeito nem o argumento dativizado entrariam numa relação de posse, e esse exemplo, como já havíamos mencionado, violaria a restrição do possuidor prospectivo.

- (16) a. John gave the table a kick.
 'João deu um chute na mesa'
 b. Gibson gave the rope a pull.
 'Gibson deu um puxão na corda'

(OERHLE, 1976, p. 45-47)

Esses casos parecem não conter mais qualquer ideia de posse, nem tampouco encaixarem-se no critério operacional: depois que (16) ocorreu, não posso descrever a situação resultante como *Now, the table has a quick* 'Agora, a mesa tem um chute'; na melhor das hipóteses, posso descrever o que aconteceu (como resultado) quando John deu o chute na mesa, dizendo *So, the table has got kick*. - em português: *Portanto, a mesa recebeu/levou um chute*.

É possível argumentar, para exemplos como (16), que verbos, quando usados em construções leves, sofrem um esvaziamento semântico, e, de fato, isso parece acontecer nesses casos, já que o evento denotado tem mais relação com a semântica do objeto direto do que do verbo, e o estado resultante já não pode ser relacionado conceitualmente com posse por meio, por exemplo, de uma descrição com *have*. Entretanto, ainda assim, algum resquício da semântica do verbo tem de ser herdada, afinal é escolhido, para os exemplos em (16), o verbo *give* e não outro verbo de três argumentos, como *make* em (17):

- (17) *John made the table a kick.
'João fez um chute na mesa.'

Isso parece indicar que, parcialmente, a semântica de *give* contribui para a semântica do evento como um todo. Resta-nos, portanto, descobrir que parte da semântica se mantém no esvaziamento que *give* sofre.

A maioria dos argumentos colocados até agora para o inglês podem ser replicados em uma análise de casos semelhantes do português. Existem, no entanto, algumas classes de verbos, identificados, primeiramente, em Green (1974) e, depois, replicadas em Gropen et al. (1989) e em Pinker (1989), às quais não se aplica a alternância dativa, apesar de terem um significado de posse; mas às quais pode ou não se aplicar a dativização. Dentro das classes identificadas por esses autores, este é o caso, por exemplo, de *credit* 'creditar', de *entrust* 'confiar' e de *bestow* 'conceder', que não sofrem alternância dativa, mas sofrem dativização; já *reward* 'recompensar', *supply* 'suprir' e *present* 'presentear' não sofrem nem alternância dativa nem dativização, mesmo acarretando a posse. Em Pinker (1989, p. 112), vemos alguns exemplos de orações agramaticais com esses verbos, aqui replicados em (18)³⁴:

- (18) a. ?I presented him the award.
'Eu presenteei-o com a quantia.'
b. *I credited his account the amount of the check.
'Eu creditei na sua conta o montante do cheque.'
c. *I credited him the discovered.
'Eu creditei-lhe a descoberta.'
d. *They rewarded him a promotion.
'Eles recompensaram-no com uma promoção.'
e. *Bill entrusted him the sacred chalice.
'Bill confiou-lhe o cálice sagrado.'
f. *The commissioner honored then the award.
'O oficial honrou-o com a quantia.'

³⁴ Nesses exemplos, embora Pinker (1989, p. 112) atribua restrição semântica a eles, pode haver uma restrição morfológica ou fonológica. (ver nota 12)

g. ?I supplied them a bag of groceries.

'Eu supri-os com um saco de grocerias.'

h. ?*They bestowed him a fortune.

'Eles concederam-lhe uma fortuna.'

(PINKER, 1989, p. 112)

Vemos que a maioria desses verbos tem em seu significado que o recipiente possua uma entidade e que o tema seja possuído por uma entidade. No entanto, nenhum deles permite a construção com duplo objeto. Nesse caso, parece que a restrição da relação de posse possibilita mais construções do que de fato é possível na língua. Entre os exemplos de fala espontânea que Pinker (1989, p. 157) coleciona, entretanto, existem orações que apresentam alternância dativa com alguns desses verbos, exemplos que o autor chama de erros que os adultos cometem. Aqui replicamos em (19) os que apresentam a forma com duplo objeto (ou seja, deixamos de lado os exemplos que apresentam voz passiva aplicada à forma com duplo objeto, como em (6d) no capítulo um deste trabalho, por apresentarem uma estrutura mais complexa que poderia complicar, desnecessariamente, a análise):

(19) a. ?I am proud to present you this trophy.

'Estou satisfeito de te presentear com este troféu.'

b. ?Can you furnish me an address for George Augusta?

'Tu podes mobiliar-me um endereço para George Augusta?'

c. The bank credited my account \$100.

'O banco creditou na minha conta 100 dólares.'

d. If you're not satisfied, return the record with your receipt within 2 weeks and we'll credit you back full purchase price toward any merchandise in the store.

'Se você não está satisfeito, devolva o disco com seu recibo dentro de 2 semanas e nós lhe creditaremos de volta todo o valor pago pelo produto na loja.'

(PINKER, 1989, p. 157)

Esses exemplos de fala espontânea sugerem que alguns dialetos possibilitam a construção com duplo objeto para esses verbos.³⁵ Assim, ainda é possível sustentar a análise com posse, se a noção de posse for concebida de um modo que possa ser relativizada de acordo com o conceito que é atribuído a certas palavras. De fato, Pinker (1989), para acomodar esses exemplos, não concebe mais o significado dos verbos como uma noção de posse *stricto sensu*, mas, antes, como funções semânticas primitivas, que são cognitivamente definidas (ver nota 18). Isso lhe possibilita acomodar, além dos casos em (19), exemplos de verbos que têm algum significado de posse que não posse literal, como *tell, write, shout, radio, show, ask, teach, pose, cite* e mais alguns, pois é possível sustentar, de acordo com Pinker (1989, p. 48), que "posse não precisa ser literal; em acordo com a Hipótese das Relações Temáticas, verbos de comunicação são tratados como denotando a transferência de mensagens ou de estímulos, que o recipiente metaforicamente possui"³⁶. Oerhle (1976) aparentemente tinha em mente algo semelhante, pois buscava compreender a relação de posse de modo suficientemente geral, para abarcar esses sentidos. Para os casos em (19) Pinker (1989), o autor sustenta que, como o significado é cognitivamente definido, alguns dialetos podem conceber o significado dos verbos desses exemplos como posse, e outros não.

Além disso, Pinker (1989, p. 156) traz também exemplos de orações de duplo objeto gramaticais com verbos que não entrariam na caracterização de posse. Os exemplos que são apresentados, segundo Pinker (1989, p. 155), foram retirados de corpus, mas, para o dialeto do próprio autor, seriam agramaticais. Reproduzimos, em (19), alguns exemplos, na medida em que, mesmo violando as regras que são postuladas por Pinker (1989) e apresentadas no primeiro capítulo desse trabalho, são registros de usos espontâneos da construção com duplo objeto que podem fazer-nos

³⁵ Pinker (1989) afirma que alguns dialetos, que não o dele, possibilitam essa construção sem, de fato, delimitar explicitamente quais seriam esses dialetos.

³⁶ "Possession need not be literal; in accordance with the Thematic Relations Hypothesis, verbs of communication are treated as denoting the transfer of messages or stimuli, which the recipient metaphorically possesses." (PINKER, 1989, p. 48) Para mais detalhes sobre a Thematic Relations Hypothesis, ver Jackendoff (1972,1983,1990a).

reformular as restrições impostas sobre essas construções.

- (20) a. Can you reach me that book?
'Você pode alcançar-me este livro.'
- b. Will you reach me my socks for me? Reach me my socks.
'Você me alcançaria minhas meias para mim? Alcance-me minhas meias'
- c. It [a letter of support] will add the grant a little legitimacy.
'Isso [uma carta de apoio] adicionará à doação uma pequena legitimidade.'
- d. When you go I'm going to preach you a great funeral.
'Quando tu fores, eu vou rezar-te um grande funeral.'
- e. I put you out a big piece [of pie].
'Eu coloquei/separei para você uma grande fatia de torta.'
- f. Fix me up [build] a handle.
'Me arrume/faça uma maçaneta.'
- g. She didn't have to snap me about it.
'Ela não tem que posicionar-me isso.'
- h. ?K. C. tried a new strategy an he lost them the game.
'K. C. tentou uma nova estratégia uma que ele perdeu para eles o jogo.'

(PINKER, 1989, p. 156)

O ponto que Pinker (1989, p. 156) explicita é que esses exemplos não podem ser gerados de acordo com a regra do dativo, uma vez que a preposição utilizada para eles, no sentido convencional desses verbos, não seria *to*, nem *for*. A observação que gostaríamos de acrescentar é que os exemplos (20a,b,c,e,f,h) acima, apesar de não serem tradicionalmente concebidos como verbos dativos, de fato, são, nessas frases, empregados no sentido de causação de (não-)posse, e encaixariam no nosso critério operacional, ou seja, seriam passíveis de paráfrase serem encaixados 'X has Y', com a particularidade de que (20h) teria um operador modal de negação, que não afetaria a realização dos seus argumentos, tal como *deny*. No entanto, os exemplos (20d,g), além de não serem verbos que comumente

apresentam alternância dativa, não são verbos de causação de posse, nem entram na paráfrase 'X has Y'. Antes, (20d) é um verbo de benefacção, e (20g) é um verbo com alguma espécie de causação de locação, que também parece ser o significado convencional dos verbos nos demais exemplos em (20). Já para (21a,b) abaixo, segundo Pinker (1989), baseado em Gruber (1965), a semântica dos verbos construiria percepções visuais como envolvendo "movimento" de um olhar em direção ao alvo, e, por isso, a preposição utilizada deveria ser *at*. Em (21c), o verbo tem um significado de perda de posse e a preposição utilizada, segundo Pinker (1989, p.156), geralmente seria *from*, o que não deveria permitir a alternância dativa de acordo com a hipótese do possuidor prospectivo, mas, ao que parece, o que prevalece é a hipótese da não-sensibilidade à elementos de modalidade. É curioso observar que encontramos, para esse verbo, três possibilidades de complementação e cada uma delas deveria o agrupar em uma classe distinta: (a) o padrão com duplo objeto do exemplo em (21c) deveria agrupá-lo com *deny*; (b) o padrão com a preposição *from*, que, segundo Pinker (1989), é o uso habitual, deveria agrupá-lo com *take (from)*, não sendo passível, tal como este, de entrar na construção com duplo objeto; e (c) um padrão em que já havíamos o enquadrado anteriormente com o não-possuidor como objeto direto e o tema como sintagma preposicionado regido por *of*, o que o agruparia com *deprive* (para esse padrão, foi encontrado um amplo espectro de exemplos na internet). Isso sugere que os exemplos em (7), (8) e (9) (e suas traduções em 10, 11 e 12) podem compartilhar, de fato, o mesmo núcleo semântico, sendo associados a diferentes estruturas sintáticas por outros motivos que não semântico-lexicais. Por outro lado, se queremos manter a hipótese de que a uma estrutura sintática é associado um significado particular, o fato de todas essas possibilidades de complementação sintática para esse verbo não serem compartilhadas por todos os falantes pode, também, indicar que esse verbo está sujeito a variação de entendimento de sua semântica por parte de alguns falantes, sendo ele – ao contrário dos demais, que seriam associados diretamente a significados parcialmente diferentes – um verbo que pode estar associado a qualquer um dos

significados relevantes.

- (21) a. He shot me a look like you wouldn't believe.
 'Ele disparou-me um olhar como você não acreditaria'
 She doesn't shot me any looks.
 'Ela não me disparou qualquer olhar.'
- b. The next time you make eyes at someone, make them eyes they'll find unforgettable.
 'Na próxima vez que fizer uma olhada em alguém, faça-lhes olhos que eles descubram inesquecíveis.'³⁷
- c. He stripped him the ball.
 'Ele tirou-lhe a bola.'

(PINKER, 1989, p. 156)

O ponto principal que esses exemplos mostram, de acordo com Pinker (1989, p. 156) é que existem construções, em alguns dialetos, que não tem relação com significado de posse prospectiva que podem sofrer alternância dativa. Assim, precisamos de uma caracterização que seja capaz de expressar essas possibilidades de dativização e explicar porque elas são restritas a alguns dialetos do inglês, o que inclui, evidentemente, explicar porque não são possíveis no inglês padrão corrente (supondo que o dialeto de Pinker, Gropen, Oerhle, Green, Koenig e Davis seja o inglês padrão).

Há, também, argumentos para abandonarmos a caracterização de posse para verbos que, em geral, não sofrem alternância dativa, mas que permitem a dativização no português e que se aproximam dos exemplos em (21a,b). É o caso que já destacamos no capítulo 1, em que *em* pode expressar locativos afetados em português, como no caso dos verbos de contato em (22): em inglês, esses argumentos são expressos normalmente por objetos diretos (Jackendoff 1990, p. 106-112); em português, podemos dativizá-los:

- (22) a. João bateu *em* Maria. / João lhe bateu. / John hit (**in*)

³⁷ Talvez essa frase fosse melhor traduzida como *Da próxima vez que fizer caras e bocas para alguém, faça-lhes caras e bocas que lhes pareçam inesquecíveis*. Essa tradução demonstra que o verbo *make* em (21c) está sendo usado de modo muito semelhante ao *light give*. Ainda assim, como demonstrado para o *light give*, não há qualquer significado de posse, como demonstraria, até mesmo, o teste com o verbo *ter*: *??Eles terão caras e bocas suas*.

Mary.

b. João tocou *em* Maria. / João 1he tocou. / John touched
 (**in*) Mary.

Assim, em (22), vemos que é possível dativizar esses verbos que não têm uma relação de posse em seu significado. Aliás, também servem para mostrar que o teste com a construção com verbos leves é ruim para excluir o envolvimento da ideia de posse: (22a) também poderia ser expressa por algo como *João deu sapapos em Maria*, assim como (22b) poderia ser expressa por *João deu um toque/uma tocada/uma encostada em Maria*. Por outro lado, o teste com *ter* não funciona: de fato, o estado resultante de (22a) não pode ser descrito por *Maria tem sapapos*, apenas por *Maria levou sapapos*; idem para (22b). Isso sugere que, tanto para a dativização em português, quanto para a alternância dativa em inglês, tenhamos que reformular a caracterização semântica proposta.

2.4. Encruzilhada: as Questões Levantadas pela Hipótese da Não-sensibilidade à Modalidade Sublexical e pela Análise do Componente de Posse

Neste capítulo, apresentamos dois problemas para a abordagem das construções dativas do português e do inglês que adotamos no primeiro capítulo. Iniciamos mostrando a hipótese de Koenig & Davis (2001) de acordo com a qual informação modal de natureza sublexical não seria pertinente para a realização argumental dos verbos - o que, evidentemente, entra em contradição com o resultado de que o componente modal é determinante para os verbos dativos. Apresentamos, em seguida, exemplos de operadores de modalidade sublexical que parecem não afetar as possibilidades de realização sintática dos argumentos de verbos dativos, como o operador de intencionalidade em verbos como *send* e *offer*; de modalidade deôntica em

verbos como *owe* e *promise*; e de negação em verbos como *deny*, *spare* e *refuse*. Também mostramos, brevemente, é verdade, que a hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical pode ser estendida para outras classes de verbos que não os causação de (perda de) posse. Assim, acreditamos que as evidências sustentam a hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical – apesar de ela ir contra alguns dos fatos fundamentais discutidos no capítulo um; isto é, parece se constituir um problema quando assumimos que os elementos modais do significado dos verbos dativos são pertinentes para o comportamento gramatical desses verbos.

Por outro lado, na seção dois, apresentamos evidências, mencionadas também por Koenig & Davis (2001), de que há aspectos no comportamento das construções dativas que são problemáticos para a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical. Por exemplo, a seleção das preposições por verbos de causação de (não-)posse parece um problema particularmente difícil: *to* é a preposição utilizada quando o verbo expressa posse futura, enquanto *from*, quando expressa posse passada. Isso leva Koenig & Davis (2001) a recorrer a vários artifícios, como a limitação da hipótese da não-sensibilidade à modalidade sublexical aos argumentos diretos dos verbos e a potencialização da semântica das preposições, que passam a ser analisadas como expressando eventos por si só. Além desses problemas, mostramos também que os chamados verbos de privação e de remoção não têm uma análise adequada em Koenig & Davis (2001), o que os leva a postular certas idiosincrasias.

Mas o fato fundamental que apontamos é que a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical não é conciliável com a restrição do possuidor prospectivo — restrição proposta por Green (1974) e por Oerhle (1976), confirmada em Gropen et al. (1989) e em Pinker (1989). Dessa forma, aproximando-se essas duas hipóteses, descobrimos que a análise da alternância dativa do inglês necessita que abandonemos, pelo menos parcialmente, uma delas.

O outro problema para a abordagem que sugerimos no capítulo anterior se relaciona à ideia de que o elemento unificador da semântica dos

verbos dativos é a noção de posse. Embora envolvam ou não elementos de modalidade como futuridade, intenção, etc., todos teriam, como base comum uma relação de posse entre tema e dativo. No entanto, mostramos, na terceira seção deste capítulo, que há argumentos que colocam problemas para essa análise: é muito difícil sustentar uma análise baseada na noção de posse para a alternância dativa e para a dativização em português. Retomamos o caso dos verbos de perda de posse, que, tanto em português, como em inglês, apesar de, segundo Koenig & Davis (2001), apresentarem a mesma semântica, apresentam distintos padrões sintáticos, o que é um problema para teorias de *linking* semanticamente baseadas, como é a de Koenig & Davis (2001). Depois mostramos que o próprio Oerhle (1976) apresenta a propriedade semântica da posse como problemática, pois, segundo ele, este é um conceito difuso (ver nota 14). Até mesmo o teste de posse que propusemos no capítulo um mostramos que é contestável por utilizar verbos com uma semântica vazia, como *have* e *ter*. Mas, mesmo ele falha em alguns casos apresentados.

Outro argumento para abandonarmos a noção de posse como relevante para a alternância dativa e para a dativização tal como apresentada em Gropen et al. (1989) e em Pinker (1989) é que ela possibilita mais construções dativas do que são possíveis tanto em português quanto em inglês, embora, em inglês, algumas frases que são consideradas agramaticais para Pinker (1989) aparecem em alguns dialetos. Além disso, trazemos casos em que os falantes, em uso espontâneo da língua, utilizam dativos em estruturas que não são previstas pela noção de posse, mas que podem ser agrupados com outros usos semelhantes de verbos dativos, como o *light give* e causação de (não-)posse. Por fim, acreditamos que seria conveniente abandonar a noção de posse como determinante da dativização, também, em português, pois os verbos de contato e fixação não parecem apresentar qualquer noção de posse em sua semântica.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos contribuir para uma análise das propriedades semânticas dos chamados verbos dativos. Para isso, discutimos restrições e condicionamentos semânticos das construções dativas do português e do inglês - isto é, do que chamamos de dativização em português e da conhecida alternância dativa do inglês.

No primeiro capítulo, procuramos fornecer uma compreensão inicial dos aspectos semânticos mais importantes dos verbos dativos. Começamos por um estudo da dativização em português - o processo gramatical pelo qual os pronomes dativos *me/te/nos/lhe(s)* podem ser tomados pelos verbos como argumentos (por exemplo, *João lhe deu um carro*). Procuramos demonstrar que as observações das gramáticas tradicionais oferecem pouca informação sobre os aspectos semânticos envolvidos nessa construção; por esta razão, recorreremos à comparação com a conhecida alternância dativa do inglês - o processo pelo qual certos verbos podem apresentar uma construção com dois objetos diretos (por exemplo, *John gave Mary a ring*). Esta comparação, baseada na farta literatura sobre o processo encontrado na língua inglesa, permitiu-nos estabelecer duas observações iniciais importantíssimas para nossa discussão:

(a) Aparentemente, o elemento comum ao significado dos verbos dativos - isto é, dos verbos que sofrem a alternância dativa em inglês e aos que permitem a dativização em português - é o fato de descreverem eventos que envolvem, de algum modo, uma relação de posse entre o tema/coisa possuída e o dativo/possuidor.

(b) Há um outro componente da semântica lexical dos verbos dativos que pode ser pertinente para as construções dativas - o componente de temporalidade; especificamente, a construção dativa inglesa (isto é, a construção de duplo objeto) parece aplicar-se apenas quando o objeto indireto é um *possuidor prospectivo* - isto é, quando a relação de posse envolvida no evento descrito pelo verbo é futura; a construção dativa do português, ao contrário, não parece ser sensível à localização temporal da

relação de posse envolvida.

Em suma, a principal conclusão que a discussão do primeiro capítulo permitiu-nos formular, acerca das propriedades semânticas dos verbos dativos, é de que estes verbos têm sua estrutura de significado organizada em pelo menos dois componentes fundamentais: uma base possessiva e um componente de modalidade que inclui elementos de informação temporal, afetando as possibilidades da construção dativa do inglês, mas não do português. Em relação ao componente de modalidade, é importante enfatizar um ponto - cuja discussão se torna central no capítulo 2 deste trabalho: embora atue de modo apenas limitado sobre as possibilidades de dativização (em inglês), ainda assim é fundamental que seja identificado e separado da base possessiva - é isso que nos permite compreender por que se comportam como dativos até mesmo os verbos que *não* acarretam uma relação de posse como um resultado final do evento - como, por exemplo, *deny/negar*.

Tendo chegado a uma abordagem satisfatória, numa primeira análise, para os principais aspectos de significado dos verbos dativos - abordagem que parece, a princípio, generalizar sobre as construções dativas do português e do inglês -, buscamos a partir do segundo capítulo discutir mais criticamente tal abordagem. Procuramos, em particular, submeter a uma avaliação teórica os dois aspectos de significado que nossa análise inicial identificou como fundamentais - a base possessiva e o componente de modalidade da estrutura semântica dos verbos dativos. E vimos que ambos apresentam problemas.

Começamos o capítulo dois apresentando a hipótese de Koenig & Davis (2001) de acordo com a qual informação modal de natureza sublexical *não* seria pertinente para a realização argumental dos verbos - o que coloca, evidentemente, em xeque a conclusão de que o componente de modalidade é relevante às construções dativas. Seguindo a discussão desses autores, buscamos apresentar exemplos de operadores de modalidade sublexical que parecem não afetar as possibilidades de realização sintática dos argumentos de verbos dativos. De fato, estes operadores são muitos, incluindo: o

operador de intencionalidade do sujeito em verbos como *send* e *offer*; de modalidade deôntica em verbos como *owe* e *promise*; o operador de negação em verbos como *deny*, *spare* e *refuse*. Ainda seguindo Koenig & Davis, também mostramos, ainda que brevemente, que a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical pode ser generalizada para várias outras classes de verbos que não os causação ou perda de posse. Assim, concluímos, junto com os autores, que há evidências robustas que sustentam a hipótese – apesar de ela ir contra alguns dos fatos fundamentais discutidos no capítulo um; isto é, concluímos que há um problema real em assumir que os elementos modais do significado dos verbos dativos são pertinentes para o comportamento gramatical de tais verbos.

Por outro lado, também discutimos o fato, reconhecido por Koenig & Davis (2001), de que há aspectos no comportamento das construções dativas que são problemáticos para a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical. Vimos, por exemplo, que estes autores acreditam que a seleção de diferentes preposições por verbos de causação de (não-)posse é um problema particularmente difícil: os verbos selecionam diferentes preposições para acompanhar seus argumentos *dependendo da informação temporal*: *to* é a preposição que expressa posse futura, enquanto que *from* expressa posse passada. Como apontamos, isso leva Koenig & Davis a recorrer a vários artifícios, entre os quais estão: (a) a limitação da hipótese da transparência dos elementos modais sublexicais aos argumentos diretos dos verbos; e (b) a potencialização da semântica das preposições, que passam a ser analisadas como expressando eventos com informação temporal própria. Além destes problemas teóricos, mostramos também que os chamados verbos de privação e de remoção são problemáticos para a análise que Koenig & Davis (2001) propõem, precisamente pela abordagem pouco realista que oferecem para a semântica das preposições.

Finalmente, apontamos para um outro fato importante: a tentativa de Koenig & Davis (2001) de conciliar a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical com os efeitos de temporalidade dos verbos dativos não apresenta nenhuma solução para a restrição do possuidor prospectivo —

observação clássica de Green (1974) e Oerhle (1976), confirmada por Gropen *et al.* (1989) e Pinker (1989). Como já dissemos, as duas hipóteses – a da restrição do possuidor prospectivo e a da não-sensibilidade à modalidade sublexical – são incompatíveis; assim, a análise da alternância dativa do inglês necessita que abandonemos, pelo menos parcialmente, uma delas.

Mostramos, na terceira seção do segundo capítulo, que é muito difícil sustentar uma análise baseada na noção de posse para a alternância dativa e para a dativização em português. Iniciamos retomando o caso dos verbos de perda de posse, que, tanto em português, como em inglês, apesar de, segundo Koenig & Davis (2001), apresentarem a mesma semântica, apresentam distintos padrões sintáticos, o que é um problema para teorias de *linking* semanticamente baseadas, como é a de Koenig & Davis (2001). Depois mostramos que a utilização de posse como propriedade semântica relevante é problemática, já que, segundo o próprio Oerhle (1976), posse é um conceito difuso (ver nota 14). Mesmo o conceito operacional que adotamos no capítulo um, que, por si só já é contestável por utilizar verbos com uma semântica muito vazia, como *have* e *ter*, falha em alguns casos que apresentamos. Em seguida apresentamos casos em que a caracterização de posse como apresentada em Gropen *et al.* (1989) e em Pinker (1989) supergeneraliza as construções possíveis, mas que, de fato, algumas frases resultantes dessa supergeneralização aparecem em alguns dialetos. Mostramos, também, que, por vezes, os falantes em uso espontâneo da língua utilizam dativos em estruturas que não são previstas pela noção de posse, mas que podem ser agrupados com outros usos semelhantes de verbos dativos como o *light give*. Por fim, como argumento cabal para o abandono da noção de posse como determinante da dativização em português, apresentamos o caso dos verbos de contato e fixação, que não parecem apresentar qualquer noção de posse em sua semântica.

Como resultados preliminares apontamos o fato de que, para uma correta caracterização semântica dos verbos que sofrem o processo da alternância dativa e, especialmente, da dativização, a proposta deve responder a algumas questões; de um lado: a dativização, de fato, não está

sujeita a modalidade enquanto a alternância dativa está? Se isso é verdade, por que a futuridade na alternância dativa é exceção à regra, tendo em vista outros operadores de modalidade não a afetam e tendo em vista que outras classes de verbos não parecem sofrer efeito de qualquer operador de modalidade? Se assumimos que a hipótese da insensibilidade à modalidade sublexical está correta, o que fazer com as preposições, que são aparentemente sensíveis a operadores dessa natureza?; de outro lado: se não é a noção de posse que é a propriedade relevante para a realização de argumentos dos verbos dativos, qual é essa propriedade? Assim, restam-nos questões a resolver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, K. A. O. **Alternância do Dativo em Inglês: evolução das análises e a relação entre léxico e sintaxe.** Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS. 2009.
- BECK, S. & K. JOHNSON. Double objects again. **Linguistic Inquiry** 35. 2004. p. 97-124.
- BENDER, E. M.; I. A. SAG & T. WASOW. **Syntactic Theory: A formal introduction.** Second Edition: Instructor's Manual. Stanford: CSLI Publications, 2003. Available electronically at: <http://hpsg.stanford.edu/book>.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- _____. **Lições de Português pela Análise Sintática.** Rio de Janeiro, Lucerna, 2003.
- CARPENTER, B. **The Logic of Typed Feature Structures.** Cambridge: CUP, 1992.
- CAVALCANTE, R. Complementos Dativos sem Preposição no Dialeto Mineiro. **ReVEL**, V. 7, n. 12. 2009.
- CHIERCHIA, G. & S. MCCONNELL-GINET. **Meaning and Grammar: Introduction to Semantics.** Cambridge: MIT Press, 2000.
- CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe.** Coimbra: Almedina, 1965.
- CUNHA, C. & L. F. L. CINTRA. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. **Language** 67, 1991. p. 547-619.

- EMONDS, J. Evidence that Indirect-Object Movement is a Structure-Preserving Rule. **Foundations of Language** 8, 1971. p. 546-561.
- FILLMORE, C. J. **Indirect Object Constructions in English and the Ordering of Transformations**. Mouton: The Hague, 1965.
- _____. Desentential Complement Verbs in English. **Foundation Project on Linguistic Analysis**. Report 7. Columbus, Ohio: The Ohio State University, 1962. p. 60-82.
- FOLEY, W. and R. VAN VALIN. **Functional Syntax and Universal Grammar**. Cambridge University Press: Cambridge, 1984.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1995.
- GREEN, G. **Semantics and Syntactic Regularity**. Indiana University Press: Bloomington, 1974.
- GROPEN, J.; S. PINKER; M. HOLLANDER; R. GOLDBERG & R. WILSON. Learnability and Acquisition of Dative Alternation. **Language** 65, v. 2, 1989. p. 203-257.
- GRUBER, J. S. **Studies in Lexical Relation**. Tese de doutorado. Cambridge, MA: MIT, 1965.
- HARLEY, H. Possession and the double object construction. **Yearbook of Linguistic Variation** 2. 2003. p. 29-68.
- _____. If You Have, You Can Give. In: B. AGBAYANI and S. TANG (eds) **Proceedings of WCCFL XV**. Stanford: CSLI, 1996. p. 193-207.
- HORNBY, A. S. (ed.) **Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English**. Londres: Oxford University Press, 1980.
- JACKENDOFF, R. **Semantic Structures**. Massachussets: MIT Press, 1990a.

- _____. On Larson's Treatment of the Double Object Construction. **Linguistic Inquiry** 21. 1990b. p. 427-456
- _____. **Semantics and Cognition**. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- _____. **Semantic Interpretation in Generative Grammar**. Cambridge: MIT Press, 1972.
- KRATZER, A. Modality. In: A. VON STECHOW & D. WUNDERLICH (eds.) **Semantics: An International Handbook of Contemporary Research**. Berlin: de Gruyter, 1991. p. 639-650.
- _____. The Notional Category of Modality. In: H. J. EIKMEYER & H. RIESER. **Words, Worlds, and Contexts**. New Approaches in Word Semantics. Berlin: de Gruyter, 1981. p. 38-74.
- KOENIG, J. P. & A. DAVIS. Sublexical Modality and the Structure of Lexical Semantic Representations. **Linguistics and Philosophy** 24. 2001. p. 71-124.
- KURY, G. **Novas lições de português pela análise sintática**. São Paulo: Ática, 2006.
- LARSON, R. On the Double Object Construction. **Linguistic Inquiry** 19, 1988. p. 335- 391.
- LEVIN, B. Lexical Semantics of Verbs I: Introduction and Role-Centered Approaches to Lexical Semantic Representation. **Course LSA** 116. Berkeley, 2009.
- _____. Dative Verbs: A Crosslinguistic Perspective. **Lingvisticæ Investigationes** 31, 2008. p. 285-312.
- _____. **English Verb Classes and Alternations: A preliminary investigation**. London: The University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B. & M. RAPPAPORT-HOVAV. The English Dative Alternation: The Case for Verb Sensitivity. **Journal of Linguistics** 44, 2008b. p. 129-167.

_____. **Argument Realization**. Cambridge: CUP, 2005.

_____. **Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

LEVIN, B. & M. RAPPAPORT. The Formation of Adjectival Passives. **Linguistic Inquiry** 17. 1986. p. 623-661.

LUCCHESI, D. & C. MELLO. A Alternância Dativa no Português Afro-Brasileiro: um processo gramatical de reestruturação original da gramática. **PAPIA** 19, 2009. p. 153-184.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática do Português**. Porto Alegre: Globo, 2002.

OEHRLE, R. **The grammatical status of the English Dative Alternation**. Tese de Doutorado. Cambridge, MA: MIT, 1976.

PINKER, S. **Learnability and Cognition: The Acquisition of the Argument Realization**. Massachusetts: MIT Press, 1989.

RANDALL, J. H. **Indirect positive evidence: Overturning overgeneralizations in language acquisition**. Unpublished manuscript, Indiana University Linguistic Club, 1987.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.

SAG, I. & C. POLLARD. **Head-driven Phrase Structure Grammar**. Stanford: University of Chacago Press and CSLI Publications, 1994.

SCHER, A. P. **As Construções com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil: um estudo sintático comparativo**. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1996.

- SOARES, E. C. & S. MENUZZI. Introduzindo e problematizando Papéis Temáticos e Hierarquias Temáticas: um lugar para interfaces. (no prelo)
- _____. Modalidade Sublexical e Dativização. In: 9º Encontro do CELSUL, 2010, Palhoça. **Anais do 9º Encontro do CELSUL**. Palhoça: Unisul, 2010.
- _____. Dativização em Português - Algumas Restrições. In: Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2009, Brasília. **Anais do Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática**. Brasília : UNB, 2009.
- VAN DER AUWERA, J. On the Typology of Negative Modals. In: J. HOEKSEMA, H. RULLMANN, V. SANCHEZ-VALENCIA, & T. VAN DER WOUDE. **Perspectives on Negation and Polarity Items**. Amsterdam: Benjamins, 2001. p. 23-48.
- _____. & LAPOLLA, R. J. **Syntax: Structure, Meaning and Function**. Cambridge: CUP, 1997.
- VON FINTEL, K. **Modality and Language**. URL <http://mit.edu/fintel/www/modality.pdf>. Ms, MIT and University of Michigan. 2006. Acesso em: 20 nov. 2010, 16:30:30.
- VON FINTEL, K. & A. S. GILLIES. **Might Made Right**. URL <http://mit.edu/fintel/www/might.pdf>. Ms, MIT and University of Michigan. 2005. Acesso em: 20 nov. 2010, 18:55:22.
- WECHSLER, S. **The Semantic Basis of Argument Structure**. CSLI Publications: Stanford, 1995.